

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUSTOS ESTIMADOS E ASPECTOS DA RENTABILIDADE DA EXTRAÇÃO DA
CASTANHA-DO-BRASIL: ESTUDO DE CASO EM UMA TERRA INDÍGENA DA
ETNIA RIKBAK TSA**

Autora: Valquiria Souza de Lima

Orientadora: Esp. Jaqueline da Silva Marques

JUÍNA-MT

2014

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUSTOS ESTIMADOS E ASPECTOS DA RENTABILIDADE DA EXTRAÇÃO DA
CASTANHA-DO-BRASIL: ESTUDO DE CASO EM UMA TERRA INDÍGENA DA
ETNIA RIKBAK TSA**

Autora: Valquiria Souza de Lima

Orientadora: Esp. Jaqueline da Silva Marques

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como exigência parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA-MT

2014

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ariovaldo Lopes de Carvalho

Prof. Me. Ricardo Zamperetti

Profª. Esp. Jaqueline da Silva Marques

ORIENTADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço à família, que sempre me apoiou na escolha de fazer o curso de Ciências Contábeis, à minha Mãe Luzia, que mesmo sem escolaridade me ensinou que o mais importante na vida é ter estudo. Agradeço principalmente ao meu esposo Vanderlei que esteve ao meu lado, mesmo com tantas dificuldades nos estudos me deu apoio e foi o grande incentivador para fazer o curso de Ciências Contábeis.

Agradeço aos meus colegas da sala de aula espero levar todos em meu coração e desejo conseguirmos manter nossa amizade, mesmo com o término do curso, pois construímos uma família em na sala de aula, onde ríamos , chorávamos, mas como em toda família, a alegria e os conflitos geraram melhorias para o nosso crescimento pessoal.

Agradeço em especial aos meus professores Adilson Leite Lira, Cleiva Schaurich Mativi, Terezinha Márcia de Carvalho Lino, Lucinda Aparecida Américo, Nataniel Tomasini, Giovani Tomasini, Carlos Dutra, Ricardo Zamperetti, Ricardo Ignês, Wilson Antunes de Amorim e, dentre esses, há duas fundamentais no trabalho, a minha orientadora, Jaqueline da Silva Marques e Margareth Araújo e Silva, minha amiga, que incentivou-me a desenvolver o tema desta pesquisa

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família, em especial a minha Mãe Luzia, ao meu esposo Vanderlei e aos meus professores. Durante esse período da faculdade consegui aprender muito com a dedicação de vocês, ensinaram nunca desistir para que eu pudesse alcançar os meus objetivos ser uma Contadora e uma profissional com experiência e sucesso.

EPÍGRAFE

*Nunca é tarde demais para ser aquilo
que sempre se desejou ser.
(George Eliot)*

RESUMO

Este trabalho apresentará como os Indígenas da etnia Rikbaktsa contabilizam a castanha-do-Brasil que é extraída das suas aldeias e como analisam esses dados na área contábil, pois é um assunto novo e pouco abordado no curso de Ciências Contábeis. Um dos objetivos do projeto Pacto-das-Águas envolve a extração da castanha-do-Brasil, fator que auxiliou, principalmente os índios da etnia Rikbaktsa, a obter renda da própria aldeia, de maneira que pudessem continuar com a preservação das matas, pois a extração da castanha possibilita-os a monitorar suas terras. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se a metodologia bibliográfica, pesquisa em livros, revistas, artigos e relatórios. Os dados das tabelas de custos e de despesas foram analisados por meio da averiguação qualitativa e estudo de caso para que pudéssemos obter o resultado da receita da castanha-do-Brasil. Os resultados obtidos foram satisfatórios, haja vista que os aspectos de rentabilidade e custos mostraram a obtenção de lucro na comercialização da castanha-do-Brasil, uma vez que não é preciso desmatar a floresta, os produtos são oriundos da mesma. Também será abordada a contabilidade ambiental, desde o surgimento à sua implantação na gestão ambiental das empresas e como estas adequam-se às novas normas, pois a sustentabilidade, atualmente, é o caminho para as empresas desenvolverem-se. Mostrar-se-á como são os ativos, os passivos, os gastos, as despesas e os custos da contabilização das empresas na área ambiental.

Palavras - Chave: Castanha. Rikbaktsa. Contabilidade Ambiental.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Atividades e seus impactos ambientais	26
Quadro 2 - Custos Ambientais Externos Internos.....	30
Quadro 3 - Balanço patrimonial adaptação ao meio ambiente	40
Quadro 4 - Demonstração do Resultado do Exercício adaptada ao meio ambiente.....	41
Quadro 5 - Safra 2013/2014 de Castanha-do-Brasil referente à sua extração....	60
Quadro 6 - Safra de 2013/2014 do Custo e da Rentabilidade da T.I Japuira	61
Quadro 7 - Rateio com despesa de alimentação das aldeias.....	61
Quadro 8 - Rateio com despesas de Combustível das aldeias	62

LISTA DE ABREVIATURAS

ASIRIK	- Associação Indígena Rikbaktsa
DRE	- Demonstração de Resultado do Exercício
T.I.	- Terra Indígena
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
MT	- Mato Grosso
PFNM	- Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros
PPA	- Plano Plurianual
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
REFIS	- Programa de Recuperação Fiscal
ICMS	- Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IBRACON	- Instituto Brasileiro de Contadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	16
2.2 OS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	18
2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL	19
2.4 GESTÃO AMBIENTAL.....	23
2.4.1 NOVO PARADIGMA: GESTÃO AMBIENTAL	24
2.4.2 IMPACTO AMBIENTAL	25
2.5 GASTOS, ATIVOS, PASSIVOS, DESPESAS (CUSTOS) E RECEITAS AMBIENTAIS	27
2.5.1 CUSTO X DESPESAS	27
2.5.2 GASTOS E CUSTOS AMBIENTAIS	28
2.5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS.....	29
2.5.4 CUSTOS INDIRETOS	30
2.5.5 CUSTOS DIRETOS.....	31
2.5.6 CUSTOS FIXOS.....	32
2.5.7 CUSTOS VARIÁVEIS	33
2.6 ATIVOS AMBIENTAIS.....	34
2.7 PASSIVO AMBIENTAL	35
2.8 DESPESAS DE NATUREZA AMBIENTAL	38
2.9 RECEITA AMBIENTAL	38
2.10 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL	39
3 METODOLOGIA	42
4 ESTUDO DE CASO	44

4.1 ETNIA RIKBAKTSÁ.....	44
4.2 RENTABILIDADE	47
4.3 CASTANHA-DO-BRASIL	48
4.4 CADEIA PRODUTIVA.....	48
4.5 PROJETO PACTO DAS ÁGUAS.....	55
4.6 FONTE DE RENDA DA ETNIA ANTES DO PROJETO DA EXTRAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL	57
4.7 ASPECTO DA RENTABILIDADE DA CASTANHA-DO-BRASIL NA ETNIA RIKBAKTSÁ E OS CUSTOS.....	58
5 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Os indígenas da Etnia Rikbaktsa foram os primeiros povos do Noroeste Mato-grossense a extrair a castanha-do-Brasil e com a ajuda do projeto Pacto-das-Águas conseguiram regularizar a extração e obter mais renda para as famílias. Segundo Neuls (2008) é comum ouvirmos vários empresários criticando a maneira como é tratado o agro-extrativismo e afirmando que o manejo florestal de produtos não madeireiros não é um negócio rentável. Mas a realidade está mudando através de um projeto em desenvolvimento no Noroeste de Mato Grosso, que objetiva mostrar que além de um bom negócio, a coleta de produtos oriundos da floresta é um caminho viável para garantir emprego e renda para um número significativo de famílias. A iniciativa, chamada de Programa Integrado da Castanha, engajou todos na coleta, no beneficiamento e na venda da castanha-do-Brasil, ainda conhecida no Sul e Sudeste do Brasil como castanha-do-Pará. Várias etnias fazem parte deste programa, dentre elas a Rikbaktsa, que foi objeto de estudo de caso neste trabalho. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2012), a etnia Rikbaktsa vive na bacia do Rio Juruena, no Noroeste do Mato Grosso, em três Terras Indígenas, a TI Erikbaktsa, a TI Japuíra e a TI do Escondido situada mais ao norte, na margem esquerda do Rio Juruena. As terras Indígenas são formadas por 33 aldeias (conglomeradas), com uma população de aproximadamente 2.000 indígenas.

Esse trabalho realizou um estudo de caso nas aldeias da T.I Japuíra, da etnia Rikbaktsa, com elaboração de planilhas, estudo do aspecto contábil e da rentabilidade da extração da castanha-do-Brasil. Diante da grande importância desta castanha para a população da região Noroeste objetivou-se minimizar os impactos da natureza e maximizar a geração de lucros para as aldeias provenientes da extração da castanha-do-Brasil. Cabe ressaltar que os dados analisados foram concedidos pelo projeto Pacto-das-Águas obtidos pelo Engenheiro Agrônomo João Manoel de Souza Peres.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A castanha-do-Brasil é um dos principais produtos geradores de renda para as famílias indígenas da etnia Rikbaktsa, que vivem do extrativismo na região Noroeste do Mato Grosso. Foi avaliada a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, dentro da TI Japuira, apenas as aldeias da Etnia Rikbaktsa, que junto à Associação Indígena Rikbaktsa (ASIRIK) fazem a extração da castanha-do-Brasil para a renda das suas famílias.

Este trabalho visou à contabilidade ambiental dentro das aldeias indígenas com foco na sustentabilidade, bem como, a forma que as empresas observam as questões que tangem a preservação do meio ambiente, no que diz respeito à própria contabilidade financeira da empresa, concomitante à uma gestão ambiental sustentável.

Segundo Santos et al,(2001,p.15)“o conhecimento detalhado da composição dos custos de produção e rentabilidade de sistema de produção agroextrativista constitui um importante estudo”. Pode-se inferir que ao fazer o cálculo dos custos e obter a rentabilidade a aldeia é possível verificar que a extração da castanha-do-Brasil consegue obter renda para compor o sustento e melhorar a vida na aldeia, portanto, não há necessidade de vender outros produtos da área indígena.

Diante do exposto, faz-se necessário a explanação de temas que são relevantes ao assunto para que o entendimento do leitor não seja prejudicado e o conhecimento em relação ao tema facilitado, por isso alguns conceitos serão abordados no decorrer deste trabalho.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (2011) “determinar com precisão significa enunciar um problema, isto é, determinar objetivo central da indagação”. Diante disso, como identificar e apropriar os custos da extração da castanha-do-Brasil para conhecer a rentabilidade da atividade indígena da etnia Rikbaktsa?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho é analisar como será feita a apropriação de custos na extração da castanha-do-Brasil para saber se a renda será apta para se obter uma boa rentabilidade para a aldeia. Destarte identificar os custos e a rentabilidade da produção da castanha-do-Brasil em uma área de reserva indígena, pertencente à Associação ASIRIK, no Noroeste Mato-grossense, Município de Juína.

1.3.2 Objetivos Específicos

Concomitante ao objetivo geral deste trabalho, conceituar a Contabilidade Ambiental e Estudo de caso da extração da Castanha-do-Brasil na Etnia Rikbaktsa, pretende-se:

- Conceituar a contabilidade de custos e os aspectos da rentabilidade sob a visão das diversas teorias publicadas em livros, artigos, revistas especializadas e outros meios disponíveis ao público;
- Pesquisar e descrever a contabilidade ambiental, seus aspectos legais com referência à produção da castanha-do-Brasil;
- Realizar um estudo de caso junto à Associação dos indígenas, da região Noroeste do MT, analisando os custos estimados e os aspectos de rentabilidade sobre a atividade extrativista da castanha-do-Brasil realizada pela etnia Rikbaktsa, T.I Japuira.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em uma pesquisa feita sobre a extração da castanha-do-Brasil, na etnia Cinta Larga, localizada no Noroeste Mato-grossense realizada pela própria pesquisadora do TCC junto a FUNAI para um projeto de Pesquisa Científica, com

orientação da Professora Margareth Araújo e Silva, no ano de 2013, deparou-se com o tema da castanha-do-Brasil na área da Contabilidade. Neste momento, houve o interesse em pesquisar o assunto, porém, com enfoque nos aspectos contábeis de outra etnia, os Rikbaktsa povos indígenas que próximos desta região.

Esse trabalho poderá servir de apoio para a área indígena pesquisada, e à outras com os mesmos objetivos, pois existem muitas etnias que fazem a extração da castanha-do-Brasil no Noroeste do Mato Grosso. Diante do exposto houve o interesse em saber como seria a contabilidade de uma aldeia indígena do Município de Juína e como se dá a geração de renda desses povos com a extração da castanha-do-Brasil.

Deste modo, foram apresentadas planilhas auxiliadoras para o cálculo de custos, receitas e rentabilidade da colheita da castanha-do-Brasil, baseado no estudo de caso da etnia Rikbaktsa. Baseados alguns dados contábeis registrados pelo presidente da Associação Indígena e pelo Projeto Pacto das Águas pode-se verificar a rentabilidade deste agro extrativismo, assim objetiva-se apresentar a viabilidade do projeto a os próprios indígenas.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta uma problemática pouco estudada nos trabalhos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, a extração da Castanha-do-Brasil, da etnia Rikbaktsa. A pesquisa tornou possível a elaboração de um trabalho em cinco capítulos.

O primeiro capítulo é composto por Introdução, Contextualização, Objetivos Gerais ,Objetivos Específicos e Justificativa. O segundo capítulo apresentará referencial teórico com uma breve contextualização da evolução da contabilidade desde o seu princípio até as correntes norte-americanas; o objetivo da contabilidade e como abordada pelos contadores; a Contabilidade Ambiental e Gestão Ambiental distribuídos nos Paradigmas da gestão ambiental verificando os Impactos ambientais causados pelas empresas ao meio ambiente; gastos, ativos, passivos , despesas e receitas ambientais, dentro das empresas e será apresentado um balanço social e uma DRE adaptados à Contabilidade Ambiental.

Já o terceiro refere-se a Metodologia do trabalho abordando como a pesquisa foi realizada para alcançar os objetivos estabelecidos. No capítulo quarto será abordado o estudo de caso da Etnia Rikbaktsa; a rentabilidade; a cadeia produtiva; o projeto Pacto-das-Águas; a fonte de renda da etnia antes do projeto da extração da castanha-do-Brasil; o aspecto da rentabilidade da castanha-do-Brasil na etnia Rikbaktsa e os custos. E, no quinto capítulo, a finalização da pesquisa, com as considerações finais/conclusão e referências.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução da Contabilidade

O surgimento da contabilidade é tão antigo quanto à evolução da sociedade. Mesmo sem saber utilizar a contabilidade, os pequenos agricultores já sabiam como contar seu rebanho e registrar os nascimentos (aumento de patrimônio), as mortes (diminuição do patrimônio) e apurar o ganho ou perda diante dos fatos registrados. Como destaca o autor Iudícibus et al, (2009):

Ao entrarmos na história da Contabilidade, quatro mil anos A.C., sem moeda, sem escrita formal e até mesmo sem os números, podemos imaginar um homem, cuja atividade fosse o pastoreio, executando a Contabilidade da forma mais rudimentar possível. Imaginem esse homem, num inverno rigoroso, guardando seu rebanho na neve, em sua caverna, numa monotonia muito grande, fazendo-se a seguinte pergunta: “quanto meu rebanho cresceu desde a última vez em que eu estive recolhido nesta mesma caverna?” (IUDÍCIBUS et al, 2009, p. 04).

Com o passar dos tempos, a contabilidade ganhou maior ênfase e surgiram várias teorias a respeito do tema, porém, o conceito mais importante e que perdura até os dias atuais é, de acordo com Iudícibus et al, (2009, p. 08), “A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos como sua principal ferramenta”. As primeiras teorias que surgiram foram de Luca Paccioli, um frei da Itália, que escreveu um livro criando o método das partidas dobradas, que são os ativos e os passivos, para cada débito há um crédito do mesmo valor, que é utilizada até hoje na contabilidade. Como descreve Iudícibus et al, (2009):

Todavia, o marco, neste período, foi a primeira literatura contábil relevante pelo Frei Luca Pacioli em 1494, consolidando o método das partidas dobradas, expressando a causa efeito do fenômeno patrimonial com os termos débito e crédito (esse método já era conhecido antes de Pacioli: era praticado no século XIII). (IUDÍCIBUS et al, 2009, p. 09)

De acordo com Iudícibus et.al, (2009, p. 08) “ainda que a Contabilidade, como já vimos, existisse desde o princípio da civilização, nota-se um desenvolvimento muito

lento ao longo dos séculos.” Com o passar do tempo, a contabilidade ganhou grandes concorrentes de pensamento, a corrente dos Norte Americanos veio para revolucionar a contabilidade, com novas teorias, principalmente a contabilidade internacional, mostrando que ela pode ser mais prática do que social. Neste contexto surge a tecnologia a contabilidade que era usada em papéis passa a ser utilizada em computadores para guardar todas as informações das empresas. Na contabilidade o grande marco surgiu com as correntes norte-americanas, conforme Iudícibus et al, (2009):

O desenvolvimento contábil acompanha de perto o desenvolvimento econômico. Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana. O surgimento das gigantescas corporations, principalmente no início do século XX, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que aquele país experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas. (IUDÍCIBUS et al, 2009,p.14)

Muitos livros foram escritos sobre o tema, a maioria desses livros basearam-se na teoria de Luca Paccioli como uma ciência mas, depois disso, várias áreas da contabilidade expandiram-se. Na contabilidade, há alguns pesquisadores que abordaram a contabilidade de forma científica, como afirma Iudícibus et al, (2009):

A Contabilidade, que até meados do século XIX era tida e tratada como um método de escrituração passa a receber roupagem científica a partir das obras de renomados escritores, como Francesco Villa, Giuseppe Cerboni. Fechando o século de forma ciclópica, surge o vulto de Fábio Besta-1891, que define Contabilidade como a Ciência do controle Econômico das Entidades. (IUDÍCIBUS et al, 2009, p.15)

São exemplos delas, a contabilidade de custos, a contabilidade Internacional, a contabilidade tributária, a contabilidade gerencial, a auditoria, a perícia e a contabilidade ambiental, que será comentada neste estudo.

2.2 Os Objetivos da Contabilidade

De acordo com Iudícibus et al, (2009,p.33),“o objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade”. Algumas pessoas ainda acreditam que a contabilidade só realizada para satisfazer o fisco e o governo, para se calcular impostos e mais nada. Entretanto, a contabilidade é rica ampla, pode mostrar a real situação das empresas e ajudar a projetar o futuro das mesmas. A contabilidade em si tem muitos objetivos, tanto externos quanto internos: os externos atende mãos bancos, ao governo, aos fornecedores e a contabilidade interna atende aos sócios, aos funcionários etc. De acordo com autor Iudícibus et al, (2009):

Diante de um leque diversificado de atividade, podemos dizer que a tarefa básica do Contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco. (IUDÍCIBUS et al, 2009, p. 23)

A contabilidade quando utilizada de forma correta propicia aos seus usuários muito mais do que atender apenas ao fisco, beneficia a administração das empresas, pois se essas utilizarem a contabilidade para calcular os custos, os salários dos seus colaboradores, para fazer planejamento financeiro e analisar a suas demonstrações contábeis será possível projetar o futuro da organização, seus usuários terão outras possibilidades. De posse do resultado da contabilidade, os acionistas, sócios e proprietários podem definir se a empresa está em equilíbrio ou não, se é possível investir ou desistir de grandes negócios dentro da empresa.

O contador é um profissional de suma importância dentro das empresas, ele pode se responsabilizar pelas áreas: fiscal, contábil, gerencial, recursos humanos dentre outras, pois a contabilidade possibilita conhecimentos específicos para essas áreas.

2.3 Contabilidade Ambiental

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008) “A Contabilidade Ambiental surgiu após o governo verificar que as empresas não se preocupavam com o meio ambiente, não era levado em consideração se produto produzido iria ou não poluir o meio ambiente”. Nos anos 1960 à 1980 não era comum a avaliação dos impactos ambientais as empresas continuavam a poluir o meio ambiente. A Contabilidade Ambiental pode ser definida como:

o destaque dado pela ciência aos registros, evidências da entidade referente aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou da análise de balanços, mas em uma vertente da Contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial ou industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso, a área ambiental. (CARVALHO, 2008,p.111)

Antes dos estudos da contabilidade ambiental, gastavam-se valores altos para conseguir preservar o meio ambiente, assim para as empresas era mais viável pagar as multas, que não eram tão altas, do que investir em filtros e outros equipamentos para não poluir o meio ambiente. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008):

O reconhecimento da responsabilidade social para com o meio ambiente foi a tarefa mais difícil demorada para ser assumida pelas empresas. Essa resistência se deveu, entre outros, aos seguintes fatores: altos custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução ou eliminação de resíduos tóxicos, como o custo de todo processo tecnológico em desenvolvimento, era bastante elevado, o que gerava forte impacto no fluxo de caixa das empresas e, numa visão superficial, sem proporcionar reflexos positivos, em termos de receitas. (TINOCO e KRAEMER, 2008,p.29)

Muitas empresas não respeitavam a legislação, pois não era tão rigorosa, haviam lacunas para não cumprirem as normas e o fator preservação ambiental não era bem visto pelas empresas, como destaca os autores Tinoco e Kraemer (2008):

Inexistências de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes: a legislação sobre o assunto é relativamente recente, e as penalidades contidas nas mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, dado que era menos oneroso para a empresa arcar com

encargos de uma multa do que adquirir equipamentos antipoluentes. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.29)

Conforme Garcia e Oliveira (2009, p.14) “a partir dos anos 1970, a preocupação com o meio ambiente passou a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada.” As pessoas perceberam que preocupar-se com o meio ambiente não poderia ser uma atitude individual, mas deveria ser uma ação coletiva, pois todos seriam afetados pelos problemas ambientais, a nova ordem passava ser conscientização ambiental. A partir das décadas de 1960 e 1970 que começou a surgir as primeiras conferências, exemplo disso é a conferência de Estocolmo, na Suécia, onde os países se reuniram para discutir sobre o meio ambiente e sua preservação, pois até aquele momento nada tinha sido feito. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008):

O acontecimento relevante foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, que ocorreu em 1972, em Estocolmo, Suécia, permanecendo a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico mencionado no relatório Os limites para o crescimento. Essa conferência contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e de vários organismos da ONU. Para muitos autores, essa foi a mais importante conferência sobre o assunto, e dividiu o ambientalismo “antes” e “depois” de Estocolmo. Tinoco e Kraemer (2008, p.30)

Então, só após essa conferência os países começaram a despertar para realidade, se todos não trabalhassem a favor da preservação o mundo não iria aguentar, havia poluição no ar, na terra, na água, e tudo viria a baixo, não adiantaria o dinheiro, pois não compraria nada que o meio ambiente proporciona. Segundo Garcia e Oliveira (2009):

A Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos. Em 1975, foi realizado um Seminário Internacional de Educação em Belgrado, com a participação de vários países e resultados apresentados na Carta de Belgrado, cujo conteúdo pode ser assim resumido: Qualidade de vida ligada à felicidade humana;• Preservação e melhoria das potencialidades humanas e• Desenvolvimento do bem-estar social e individual. (GARCIA e OLIVEIRA, 2009, p.12)

Depois dessa conferência internacional a sociedade mundial percebeu que o melhor era a conscientização, pois se as empresas continuassem poluindo e degradando o meio ambiente futuro da população estaria comprometido. Mas, era evidente que nem todos tinham consciência e continuavam a poluir e prejudicar o meio ambiente. Segundo Garcia e Oliveira, (2009, p.14) “qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental”.

Vários autores especificaram a contabilidade ambiental, utilizada nas empresas atualmente. Silva (2009, p.36) afirma “que a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional, já amplamente conhecida”. E Ferreira apud Carvalho (2008, p.111) enuncia que a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, representa sim, uma especialização da contabilidade tradicional”.

A contabilidade empresarial e a contabilidade ambiental têm os seus objetivos estabelecidos dentro de uma Demonstração de Resultado do Exercício - DRE e um do Balanço Social que demonstram as contas, as duas juntas podem fazer a diferença nas empresas. Antigamente não existia a contabilidade ambiental, mas atualmente as grandes empresas ou indústrias precisam incluir nos seus planos de contas, balanço social e até mesmo na sua contabilidade financeira todos os gastos, despesa que tem com o meio ambiente referente à “sustentabilidade” de produtos que podem ser reciclados.

Segundo Silva (2009, p.36) o objetivo da contabilidade ambiental é:

identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental”. Como na contabilidade financeira, a contabilidade ambiental deve fazer todos os seus passos no seu determinado período, “visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.”(SILVA,2009, p.36)

Portanto a contabilidade ambiental é uma implementação da contabilidade normal, usa-se tudo da contabilidade básica para aplicação na contabilidade ambiental, as empresas precisam seguir a sua contabilidade administrativa para realizar a contabilidade ambiental. Silva (2009) reitera:

[...] é importante frisar que a contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas, a um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. (SILVA, 2009.p.37)

Para as empresas, não é necessário a publicação de balanços, Demonstração de Resultado do Exercício, para o público ver, pois são informações relevantes apenas para a contabilidade interna, mas muitas delas publicam para que a população perceba o quanto a empresa investe no meio ambiente, uma publicidade positiva a empresa. Segundo Silva (2009):

A contabilidade ambiental, diferentemente da contabilidade financeira (tradicional) onde as empresas têm a obrigação de ter seus demonstrativos contábeis divulgados, nem que seja somente para fins fiscais, não é obrigatório para as empresas e só existirá se as empresas quiserem mostrar para sociedade que têm preocupações e compromissos com a preservação do meio ambiente.(SILVA, 2009.p.37)

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008) A contabilidade ambiental é voltada para o meio ambiente, como de 1950 à 2000, aconteciam muitos desastres ambientais, principalmente na área marítima com barcos petrolíferos causando poluição excessiva no mar, prejudicando milhares de pessoas e animais. Não haviam registros de projetos relacionados a melhoria meio ambiente pelas empresas, houveram manifestações e protestos contra os vários problemas ambientais causados pelas grandes empresas e indústrias, Hoje já existem projetos para se combater a poluição e punições mais severas as empresas que prejudicam o meio ambiente Um dos exemplos mais utilizados é a falta de água e diminuição da camada de ozônio que nos protege da radiação solar e com a diminuição, os raios solares incidem com mais intensidade, aumentando a temperatura e causando inúmeros problemas de saúde. Braga (2007) afirma que:

A escassez de água nos reservatórios brasileiros entre 2000-2001 provocou no Brasil a ocorrência de uma racionalização abrupta no uso de energia, ficando conhecida como “apagão”. Esse foi um momento de crise para os estados que foram afetados pelo racionamento, para os cidadãos comuns e para as entidades, independentemente do tipo de atividade. No entanto, a atividade que mais sofreu as consequências do racionamento foi a indústria, dado o seu elevado nível de consumo de energia. (BRAGA, 2007, p. 13)

Portanto se uma área do meio ambiente é afetada, no caso a água, todos sofrem em efeito cadeia, porém neste exemplo, as Indústrias são as mais afetadas por precisarem de muita energia para produzir.

2.4 Gestão Ambiental

A gestão ambiental, atualmente, é em foco das empresas, por isso tanto se comenta sobre a sustentabilidade e meio ambiente, como forma de minimizar os efeitos negativos à natureza. Segundo Tinoco e Kraemer (2008):

Durante muito tempo, as organizações preocuparam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos. Em curto espaço de tempo essa noção revelou-se equivocada, porque ficou evidente que o contexto de atuação das empresas tornava-se cada dia mais complexo e que o processo decisório sofreria restrição cada vez mais severa. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.113)

Verificando o registro histórico das empresas com alto nível de poluição observa-se a preocupação na recuperação dos danos causados a natureza. Para Tinoco e Kraemer (2008):

Um dos componentes importantes dessa reviravolta nos modos de pensar e agir foram o crescimento da consciência ecológica, na sociedade, no governo e nas próprias empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.113)

Todas as empresas visam o lucro de suas companhias, porém ainda hoje empresas que não tem a responsabilidade de arcar com os danos ambientais, prejuízos ao meio ambiente, de acordo com Braga (2007):

Desde o século XX a problemática tem se agravado com o processo de globalização, em que os países desenvolvidos continuam cada vez mais ricos e gerando um maior volume de poluição, em decorrência das grandes indústrias (consumo elevado de matéria-prima natural, energia e produção de efluentes e resíduos nocivos ao meio ambiente) e do aumento do consumo (gerando lixo orgânico e reciclável). (BRAGA, 2007, p.11)

Percebe-se que esta não é uma problemática exclusiva dos países de terceiro mundo, mas também persiste nos países mais desenvolvidos, ditos de primeiro mundo.

Algumas empresas que visam a preservação da natureza implementam projetos para destinar melhor o lixo, por exemplo, separar o tóxico do orgânico, criando lixeiras para reciclagem com cores específicas para cada tipo de lixo. De maneira que em algumas cidades já existem projetos de reciclagem, associação de catadores de lixo e empresas especializadas em reaproveitar determinados materiais descartáveis. Nestas empresas nota-se também a preocupação com a saúde e segurança no trabalho de seus colaboradores. A empresa ganha em tempo de serviço e produtividade quando incentiva seu colaborador a utilizar equipamentos de proteção, consequentemente reduz número de acidentes de trabalho e afastamentos para tratamento de saúde, pois os funcionários não ficam expostos ao perigo.

O principal problema com a contabilidade da gestão ambiental é a falta de definição normalizada de custos ambientais. Dependendo das várias abordagens, incluem uma variedade de custos, por exemplo, custos de deposição ou custos de investimentos, e, por vezes, também, custos externos (i.e., custos incorridos fora da empresa, maioritariamente pelo público em geral). Claro que isto também é verdade para os lucros das atividades ambientais da empresa (poupança em custos ambientais). Para além disso, a maior parte destes custos não é sistematicamente identificada nem atribuída aos respectivos processos e produtos, mas simplesmente somada. (PENEDA e MARÇAL, 2001, p. 09)

Os custos da gestão ambiental são difíceis de alocar nas empresas, pois podem variar conforme a precisão da empresa, onde em um mês podem aparecer custos não esperados ou até mesmo não projetados nas contas da própria contabilidade financeira.

2.4.1 Novo Paradigma: Gestão Ambiental

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.114), a “gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”, as empresas perceberam que é mais rentável prevenir do que remediar os prejuízos ao

meio ambiente, de forma que implementam muitos projetos de gestão ambiental para não poluir ou degradar natureza.

Extração da castanha-do-Brasil está diretamente ligada a questão da gestão ambiental, pois é um processo oriundo da natureza. Para Tinoco e Kraemer (2008, p.114) “é que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades”, utilizando as políticas ambientais a favor das empresas para não degradar a natureza, “é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade” Tinoco e Kraemer (2008, p.114),

Várias empresas estão visando o lado social e ambiental, utilizando os métodos da gestão ambiental. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.115), “para que uma empresa passe a realmente trabalhar com gestão ambiental, inevitavelmente, deve passar por uma mudança em sua cultura organizacional e empresarial.” Desta forma Tinoco e Kraemer (2008) afirmam:

Os instrumentos de gestão ambiental objetivam melhorar a qualidade ambiental e o processo decisório. São aplicados a todas as fases dos negócios e podem ser: preventivos, corretivos, de remediação e proativos, dependendo da fase em que são implementados. De acordo com Fernandes (2000), os principais instrumentos de gestão ambiental são: Estudos de Impacto Ambiental (EIA); Avaliação do Impacto Ambiental (AIA); Auditoria ambiental; Capital natural. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.116)

Na contabilidade ambiental os projetos destinam-se ao impacto ambiental, por isso há a necessidade de estudos voltados para área contábil e relevantes para o meio ambiente, estudos realizados por profissionais capacitados que possam auxiliar as empresas nas questões sociais e ambientais.

2.4.2 Impacto Ambiental

A castanha-do-Brasil é um dos produtos que são retirados da natureza não causam impacto ambiental, pois não precisam de ferramentas pesadas e da derrubada da árvore para extração da castanha, Tinoco e Kraemer (2008) afirmam que:

O impacto ambiental é alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade. Essas alterações precisam ser quantificadas, pois apresentam variações relativas, que podem ser positivas ou negativas, grandes ou pequenas. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.117)

Os impactos ambientais têm relação com certos tipos de atividades realizadas na natureza. As principais atividades ambientais e seus impactos foram colocados no quadro1.

Quadro 1 - Principais Atividades e seus impactos ambientais

ATIVIDADE DE MAIOR POTENCIAL DE IMPACTO AMBIENTAL	TIPO DE DEGRADAÇÃO
Garimpo de ouro	Assoreamento e erosão nos cursos d'água, poluição das águas, aumento da turbidez e metais pesados formação de núcleos populacionais com grandes problemas sociais Degradação da paisagem Degradação da vida aquática com consequências diretas sobre a pesca e a população
Mineração industrial, ferro, manganês, cassiterita, cobre, bauxita etc.	Degradação da paisagem Poluição e assoreamento dos cursos d'água Esterilização de grandes áreas Impactos socioeconômicos
Agricultura e pecuária extensivas (grandes projetos agropecuários)	Incêndios florestais, destruição da fauna e da flora Contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos Erosão e assoreamento dos cursos d'água Destruição de áreas de produtividade natural Reservas extrativistas
Grandes usinas hidrelétricas	Impacto cultural- provas indígenas Impacto socioeconômico Inundação de área florestais, agrícolas, vilas etc. Impacto sobre flora, fauna e ecossistemas adjacentes
Polos industriais e /ou grandes indústrias	Poluição do ar, água e solo Geração de resíduos tóxicos Conflitos com o meio urbano
Caça e pesca predatórias	Extinção de mamíferos aquáticos e diminuição de peixes Drástica redução de animais de valores econômicos e ecológicos
Indústrias de alumínio	Poluição atmosférica Poluição marinha Impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica
Crescimento populacional vertiginoso (migração interna)	Problema sociais graves, chegando – em alguns casos – a um aumento de 40% da população entre 1970 e 1980 Ocupação desordenada do solo com sérias consequências sobre os recursos naturais

Fonte: Tinoco e Kraemer (2008, p.118)

2.5 Gastos, Ativos, Passivos, Despesas (custos) e Receitas Ambientais

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.171), “A contabilidade Ambiental, constitui-se numa das vertentes da Contabilidade. Particularmente, serve para evidenciar e espelhar a relação das empresas e da Nação com o meio ambiente”, tanto na contabilidade normal quanto na contabilidade ambiental estuda-se os gastos, os ativos, os passivos, as despesas, os custos e as receitas ambientais, pois transformam o balanço da empresa. Para Tinoco e Kraemer (2008):

Destacam em partículas os gastos e as ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda ademais o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajudá-las a evitar problemas legais futuros. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.172)

Por isso, a preocupação das empresas com o meio ambiente, pois já houve a desvalorização e poluição da natureza e, atualmente, estão se propondo salvar o que resta do meio ambiente por meio de projetos e para que isso aconteça, as empresas têm que investir nesses projetos. Pode-se dizer que este é o motivo dos cálculos na contabilidade ambiental, para analisar o quanto a empresa pode economizar fazendo projetos para contribuir na preservação da natureza.

2.5.1 Custo x Despesas

Os custos, relacionados às despesas, são necessários para comercialização da castanha, porque é preciso saber quais os custos para venda desse produto e qual a sua despesa para retirá-la da natureza. Mesmo sendo um produto oriundo da natureza existe um processo desde a extração até a sua venda. Segundo Marion (2007, p.38) “como despesa do período, entendem-se todos os gastos não identificáveis com a cultura, não sendo, portanto, acumulados nos estoques (cultura temporárias), mas apropriados como despesa do período.”

Os custos e as despesas podem estar direta ou indiretamente relacionados ao preço do produto, pois são duas variáveis diferentes para a alocação dos preços.

Para Marion (2007, p.38) “consideram-se custo de cultura todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura, como sementes, adubos, mão-de-obra, combustível, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura”.

2.5.2 Gastos e Custos Ambientais

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.172) “os gastos ambientais apresentam-se em muitas das ações das empresas a todo o momento. Podem estar ocultos em etapas do processo produtivo e nem sempre são facilmente identificáveis”. Ocorreu em quando as empresas causam poluição ou degradam a natureza, forçando-as a fazer obras para reestruturar a natureza novamente. Por isso a importância dos projetos ambientais, de fazer o cálculo dos gastos e dos custos com essas despesas ambientais.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p.172) “o envolvimento da contabilidade com a questão ambiental pode surgir da realização de gastos com insumos para eliminar/reduzir pequenos focos ambientais prejudiciais no ambiente empresarial”. As empresas devem realizar procedimentos de segurança para não poluir mais a natureza, “ou ainda, com aquisições de filtros, por exemplo, para coibir emissões de poeira e outros tipos de poluição ambiental.” Tinoco e Kraemer (2008, p.172) Diferentemente dos gastos do dia-a-dia da empresa necessário fazer a contabilidade na área ambiental para evitar utilizar excessivamente a receita da empresa com despesas ambientais, pois a falta de uma boa contabilidade pode ocasionar até uma queda nos seus lucros. Para Tinoco e Kraemer (2008):

Os custos ambientais são apenas um subconjunto de um universo mais vasto de custos necessários a uma adequada tomada de decisões. Eles não são custos distintos, mas fazem parte de um sistema integrado de fluxos materiais e monetários que percorrem a empresa. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.172)

Os custos tanto os regulares quanto os ambientais farão parte dos custos da empresa, por isso devem estar especificados em sub-contas, para quando o gestor da empresa analisar o seu balanço, consiga diferenciar os custos da

empresa e dos custos ambientais. Tinoco e Kraemer(2008,p.174) afirmam que “a contabilidade de gestão ambiental, ao identificar, avaliar e imputar os custos ambientais permite aos gestores adotar procedimentos para reduzir custos”.

2.5.3 Classificação dos Custos Ambientais

Os custos são classificados na contabilidade ambiental com várias denominações custos externos, custos internos, custos diretos, custos indiretos, custos contingentes ou custos intangíveis. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.174)“custos externos: são os custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa, difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa”. Ao contrário dos custos externos, os custos internos são aqueles que aparecem dentro da empresa. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.174) “custos internos: são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados”. Na contabilidade financeira, quando as empresas tem custos com a sua produção, os custos na contabilidade ambiental também aparecem nos custos diretos. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.174) “custos diretos: podem ser apropriados para um produto, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação particular”.

Os custos indiretos, diferente dos custos diretos, variam dentro da contabilidade ambiental, pode-se dizer que “custos indiretos: são os que não têm vínculo causal direto com o processo e a gestão ambiental, tais como treinamento ambiental, manutenção de registros e apresentação de relatórios”. Tinoco e Kraemer (2008, p. 174),

Esses custos são os que demonstram o futuro da empresa, planejam os custos da sua parte de intangíveis. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.175), “custos contingentes ou custos intangíveis: são, de maneira geral, potenciais custos internos futuros, que podem impactar nas operações efetivas da empresa”. No quadro 2 poderemos analisar a classificação dos custos internos e externos.

Quadro 2 - Custos Ambientais Externos Internos

CUSTOS AMBIENTAIS EXTERNOS	
Esgotamento de recursos naturais Danos e impactos causados á natureza Emissões de água Disposição de dejetos a longo prazo Efeitos na saúde não compensados Compensação na qualidade de vida local	
CUSTOS AMBIENTAIS INTERNOS	
DIRETOS E INDIRETOS	CONTINGENTES E INTANGÍVEIS
• administração de dejetos; • custos ou obrigações de prevenção; • custos de cumprimento; • honorários; • treinamentos ambiental; • manutenção relacionada ao meio ambiente; • custos e multas legais; • certificação ambiental; • entradas de recursos naturais; • manutenção de registros e apresentação de relatórios.	• custos de prevenção ou compensação futura incerta; • qualidade do produto; • saúde e satisfação dos empregados; • ativos de conhecimento ambiental; • sustentabilidade de entradas de matéria-prima; • risco de ativos deteriorados; • percepção do público/cliente.

Fonte: Fonte: Tinoco e Kraemer (2008, p.175)

2.5.4 Custos Indiretos

Os custos indiretos são aqueles que não conseguimos demonstrar rapidamente, por isso utilizamos a forma de rateio. Para Crepaldi (2006, p.101), os custos indiretos “para serem incorporados aos produtos agrícolas, necessitam da utilização de algum critério de rateio. Exemplos: aluguel, iluminação, depreciação, salário de administradores etc”.

Os custos indiretos, às vezes, são confundidos com custos diretos, pois parecem ser de fácil alocação porém não é verídico, pois os custos indiretos necessitam de uma alocação mais cuidadosa Segundo Crepaldi (2006):

Na prática, a separação de custos em diretos e indiretos, além de sua natureza, leva em conta a relevância e o grau de dificuldade de medição. Por exemplo, o gasto de energia elétrica é, por sua natureza, um custo direto; porém, devido as dificuldades de medição do consumo por produtos agrícolas e ao fato de que o valor obtido através de rateio, em geral pouco difere daquele que seria obtido com uma medição rigorosa, quase sempre é considerado como custo indireto de produção. (CREPALDI, 2006.p.101)

Há outros exemplos de custos indiretos na agricultura, como afirma Crepaldi (2006):

São eles, depreciação de equipamentos agrícolas, são utilizados na produção de mais de um produto agrícola, salários dos chefes de supervisão de equipes de produção, aluguel de pastos, energia elétrica que não pode ser associada ao produto agrícola, impostos e taxas da propriedade rural, manutenção e conservação de equipamentos agrícolas. (CREPALDI, 2006,p.102)

Os custos indiretos são tudo aquilo que não pode faltar na produção ou que, ao longo do tempo, será utilizado em outras produções.

2.5.5 Custos Diretos

Os custos diretos são muito usados na contabilidade rural para apropriação de preços sobre os produtos. Um exemplo seria o preço da castanha-do-Brasil. Para Crepaldi (2006, p.101) “custos diretos são aqueles que podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos produtos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo (quilos, horas de mão-de-obra ou máquina, quantidade de força consumida etc.)”.

Os custos diretos podem ser classificados conforme a necessidade um exemplo são os Insumos. Para Crepaldi (2006, p.101) os exemplos de custos diretos são “insumos normalmente, a Empresa Rural sabe qual a quantidade exata de insumos que está sendo utilizada para a produção de uma unidade do produto agrícola”.

O exemplo de custo direto é o da mão-de-obra utilizada na agricultura ou na extração da castanha, pois a mão-de-obra é a essencial para extração da castanha. Crepaldi (2006) reitera que:

Mão-de-obra direta trata-se dos custos com os trabalhadores utilizados diretamente na produção agrícola. Sabendo-se quanto tempo cada um trabalhou no produto e o preço da mão-de-obra, é possível apropriá-la diretamente ao produto. (CREPALDI, 2006. p.101)

Há outros produtos que devem ser alocados na produção para os custos diretos, utilizando os custos indiretos, pois todos passam por um processo para chegar ao preço final, de forma a alocar todos seus custos. Para Crepaldi (2006):

Exemplos disso são materiais de embalagem, depreciação de equipamentos agrícolas, quando é utilizado para produzir apenas um tipo de produto, energia elétrica das máquinas agrícolas, quando é possível saber quanto foi consumido na produção de cada produto agrícola. (CREPALDI, 2006. p.101)

Os custos diretos são aqueles utilizados diretamente para produzir um produto específico, sabe-se o valor utilizado para produzi-lo, sem precisar ratear.

2.5.6 Custos Fixos

Os custos fixos são aqueles já fixados na produção agrícola ou até mesmo na extração da castanha. Para Crepaldi (2006, p.102), “custos fixos são aqueles cujo total não varia proporcionalmente ao volume produzido. Por exemplo: aluguel, impostos, etc”.

Os produtos, que são produzidos ou colhidos, quando passam para alocação de preço, principalmente os custos fixos, independentemente de sua quantia não sofrem alteração de preço, pois os custos fixos muitas vezes não variam por quantidade. Crepaldi (2006) ressalta que:

os custos fixos são fixos dentro de uma determinada faixa de produção e, em geral, não são eternamente fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção agrícola. (CREPALDI, 2006. p.102)

Os custos fixos também podem variar, às vezes, podem não ser exatamente fixos, porque em um mês podem aparecer imprevistos, aumento de salário de funcionários ou até um aumento excessivo no gasto com a cultura plantada, ocasionando um aumento na conta do custo fixo. Crepaldi (2006):

Observe que os custos fixos são fixos em relação ao volume de produção agrícola, mas podem variar de valor no decorrer do tempo. O aluguel de pastos, mesmo quando sofre reajuste em determinado mês, não deixa de ser considerado um custo fixo, uma vez que terá o mesmo valor qualquer que seja a produção do mês. Outros exemplos: Imposto Territorial Rural,

depreciação dos equipamentos agrícolas (pelo método linear), salário de vaqueiros, prêmios de seguros, etc. (CREPALDI, 2006, p.102)

Pode se observar que os custos fixos são os custos que pode acontecer todo mês ou até mesmo durante o ano inteiro vai depender de contratos e arrendamentos feitos pelo arrendador ou da empresa exemplo salários dos funcionário.

2.5.7 Custos Variáveis

Ao contrário dos custos fixos, que não mudam conforme o aumento da sua quantia, os custos variáveis são classificados como custos que variam, proporcionalmente, de acordo com a sua atividade e o nível de produção conforme a utilização da mercadoria. Para Crepaldi (2006, p.102) “custos variáveis variam proporcionalmente ao volume produzido. Exemplos: insumos, embalagem. Se não houver quantidade produzida, os custo variável será nulo”.

Os custos variáveis são mais visualizados no aumento da produção ou quando há necessidade de comprar mercadorias extras para o produtor rural, que variam conforme a necessidade na lavoura. No caso da extração da castanha, os custos variáveis, seriam empregados na compra de equipamentos para uso da extração da castanha. Segundo Crepaldi (2006):

Os custos variáveis aumentam a medida que aumenta a produção agrícola. Outros exemplos: insumos indiretos consumidos, depreciação dos equipamentos agrícolas, quando esta for feita em função das horas-máquinas trabalhadas, gastos com horas-extras na produção agrícola, etc. (CREPALDI, 2006. p.102)

Em suma, se não houver aumento na produção, os custos variáveis não precisam ser apontados na contabilidade, pois variam só quando utilizados na produção de algum produto.

2.6 Ativos Ambientais

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.180), “ativos são recursos escassos, operando na entidade, capazes de serem transferidos por força da economia, reportado em termos financeiros, e que foram adquiridos”. O ativo na contabilidade ambiental tem os mesmos significados do ativo da contabilidade financeira reportar para entidade os seus bens e deveres e, são “como resultado de transações atuais ou realizadas no passado, e que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros”, Tinoco e Kraemer (2008, p.180). Os ativos são os bens das empresas e que estão nos projetos, portanto:

Os ativos ambientais representam: os estoques dos insumos, peças, acessórios etc. utilizando no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.181)

Os ativos ambientais são os bens que a empresa possui, que seriam os direitos e as obrigações que a empresa tem com os sócios, fornecedores, e na contabilidade ambiental varia um pouco, pois os seus ativos são a preservação do meio ambiente, Tinoco e Kraemer (2008, p181) definem os ativos ambientais como “os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um Ativo, devem ser classificados como tais.”

Os ativos ambientais são diferentes de uma empresa para a outra, pois cada uma delas pode mudar a maneira de tratar o meio ambiente. Algumas poluem ou protegem mais do que outras. Segundo Tinoco e Kraemer (2008):

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas economias deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.182)

Os ativos ambientais podem ser definidos como imobilizados e permanentes, pois cada um tem uma classificação na contabilidade ambiental, como ratifica Tinoco e Kraemer (2008, p.182), “os gastos realizados com a intenção de prevenção ou redução de danos ambientais futuros ou conservação dos recursos podem ser classificados como imobilizados”. Alguns exemplos estão relacionados com o ativo da empresa junto do seu imobilizado, como o autor destaca:

Estiveram relacionados com antecipação de benefícios ambientais, extensão da vida útil dos ativos, aumento de capacidade, melhorar de segurança e eficiência dos ativos da organização; propiciarem redução ou prevenção de contaminação ambiental que possa ocorrer como resultado de operações futuras. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.182)

Na contabilidade ambiental é o ativo permanente que se destaca nos exemplos citados.

Os gastos de tratamento de contaminação ambiental podem ser classificados como Ativo Permanente quando: Forem recuperáveis; Proporcionarem aumento de vida útil, capacidade ou melhoria de segurança e economia; Forem incorridos durante o preparo do ativo para a venda.(TINOCO e KRAEMER, 2008, p.182)

Os gastos quando utilizados para uma preservação ou contaminação fazem parte do ativo permanente da empresa, consequentemente no ativo não circulante.

2.7 Passivo Ambiental

O Passivo são as obrigações que as empresas têm que pagar para os seus credores, mas na contabilidade ambiental isso também precede, de acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.183), que afirmam que “os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, sendo despercebido as vezes pela administração da própria empresa”.

Os passivos, na contabilidade ambiental, geralmente ocorrem quando as empresas têm que seguir a legislação ambiental, pois ao agredir o meio ambiente e produzir produtos que prejudicarão a natureza serão responsáveis financeiramente pelas consequências. As empresas que se enquadram na linha das prejudiciais:

Normalmente surgem da posse e do uso de uma mina, uma siderúrgica, ou um lago, rio, mar e de uma série de espaços que compõem nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e que alguma forma está sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.183)

Quanto as empresas/indústrias prejudicam a natureza, poluindo o meio ambiente por meio de seus produtos, sofrem penalidades e são multadas, por isso para Tinoco e Kraemer (2008):

Os passivos ambientais ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que os possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização a terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.183)

Então fazem projetos sociais para recuperar o local poluído, o meio ambiente ou até mesmo a cidade. O governo, a sociedade e algumas empresas estão preocupadas com os prejuízos ao meio ambiente, pois, ainda, não há conscientização de todos, o que resulta em penalidades e multas. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008):

O Ibracon, segundo a Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11- Balanço e Ecologia, conceitua o Passivo Ambiental como toda agressão que se praticou/ pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como em multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem Passivo Ambiental quando agride, de algum modo e/ ou ação, o meio ambiente.(TINOCO e KRAEMER, 2008, p.183)

Quanto à empresa causa algum dano ao meio Ambiente ele sofrera uma ação que pode se levado até a justiça causando um passivo para empresa pagar.

De acordo com Braga (2007):

O desenvolvimento exige um custo ambiental muito grande e os países desenvolvidos já não estão dispostos a pagar por isso. A Agenda 21 mostra que a exploração dos países pobres, como o Brasil, está concentrada em extração de matéria-prima (exportada por um valor incompatível com o passivo ambiental gerado), uso de mão-de-obra escrava, infantil e desqualificada, avanço desordenado de fronteiras agropecuárias sem tecnologia adequada, desmatamento desordenado dos biomas brasileiros e produção de energia sem avaliação da relação custo-benefício para a sociedade e o meio ambiente. (Braga 2007, p. 12)

O Passivo ambiental é dividido em três categorias, como destaca Tinoco e Kraemer (2008, p.183), “existem três tipos de obrigações decorrentes do passivo ambiental: legais ou implícitas; construtivas e justas”.

As primeiras obrigações são as legais ou implícitas, que são quando as empresas têm uma obrigação com o meio ambiente, pois já causou danos ao solo, a água, ao ar, etc. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.183), “Legais ou Implícitas quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado, como o uso do meio ambiente (água, solo, ar etc.) ou a geração de resíduos tóxicos”. Posteriormente destaca as implícitas, quando a empresa assume um compromisso responsabilizar-se pelos danos causados por ela no meio ambiente, segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.184), “Implícita é a que surge quando uma entidade, por meio de práticas do passado, políticas divulgadas ou declarações feitas, criam uma expectativa válida frente a terceiros e, por conta disso, assume um compromisso”. Por exemplo quando uma empresa cria projetos sociais ou até mesmo planta novamente o que já desmatou ou limpa o que poluiu, dentre outras ações.

As obrigações Construtivas ocorrem quando uma empresa, sem ter causado dano ao meio ambiente, tenta beneficiar a cidade com a construção de algum imóvel, de modo a promover-se com os cidadãos. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.184) “Construtivas são aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais. Ocorre quando a empresa está preocupada com sua reputação na comunidade em geral”.

Outro exemplo são empresas construindo parques ecológicos para a cidade ou fazendo projetos sociais envolvendo o meio ambiente e a população, mantendo, assim, a sua aparência perante a sociedade.

E por último as obrigações justas, como o próprio nome diz, são quando as empresas que se preocupam com a ética, analisam se suas ações são corretas para a população e o meio ambiente. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.184) “justas refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa as cumpre em razão de fatores éticos e morais”.

2.8 Despesas de Natureza Ambiental

As despesas ambientais são todas as despesas que a empresa assumirá com tratamentos, como descontaminação do meio ambiente, como destaca Tinoco e Kraemer (2008):

As despesas ambientais dividem-se em: despesas operacionais e despesas não operacionais. As operacionais são que citamos e devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício, enquanto as não operacionais são as que decorrem de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da entidade. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.192)

Despesas ambientais são tudo que a entidade tomar como gastos feitos na sua empresa referente a prejuízo ambiental ou poluição ao meio ambiente e que não teve precaução para cuidar. Mas não é tudo que gerou uma despesa ambiental, que pode ser classificado como despesa. Segundo Tinoco e Kraemer (2008):

Exemplos: multas, sanções e compensações de terceiros. Não é considerada despesas não operacionais a derivada de atuação ambiental ocorrida no passado, que deva ser assumida na atualidade, exceto quando ocorrer mudanças de critérios ou correção de um erro contábil de exercícios anteriores. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.192)

Como exemplificado, as multas não são vistas como despesas operacionais para a contabilidade ambiental da empresa, porém quando se faz a correção de um erro contábil lançado erroneamente, esta pode se tornar uma despesa operacional e, caso uma multa a respeito de poluição ambiental apareça, terá que ser calculada na contabilidade da empresa para fins operacionais.

2.9 Receita Ambiental

A receita ambiental é quanto a empresa ganha em cima da sua política de preservar o meio ambiente, quando realiza alguma ação, dentro da empresa, na expectativa de uma receita extra, então surge a receita ambiental garantindo os seus ganhos. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.193) “receitas ambientais podem ser de vários tipos, tais como: diminuição de despesas, melhor gestão de resíduos, redução

de indenizações, aumento de vendas por melhorias da imagem pública, recebimentos efetivos”.

Por exemplo quando empresa lucra com a sua política de preservação e consegue manter-se e gerar um lucro. Através dos projetos conseguem passar uma visão positiva para a sociedade e para outras empresas, possibilitando que estas utilizem-se dos modelos para enquadrarem como ambientalmente corretas. Segundo Tinoco e Kraemer (2008,p.193) “deve-se considerar, também, o ganho de mercado que a empresa passa a auferir a partir do momento em que a opinião pública reconhecer sua política preservacionista e der preferência a seus produtos.”

2.10 Demonstrações Contábeis no Brasil

As demonstrações contábeis são muito utilizadas dentro das empresas, tanto elas quanto as DRE (Demonstração de Resultado do Exercício), mas na contabilidade ambiental elas são realizadas de maneira diferente, pois quando destacam-se com as contas no balanço e em uma DRE não são obrigados para o fisco, mas para que os gestores possam analisar o quanto gastam com projetos é preciso que façam um balanço e uma DRE possibilitando analisar os seus dados. Segundo Tinoco e Kraemer (2008):

Essas demonstrações focalizam especialmente contas ambientais que empresas de diversos setores da economia movimentam, entre eles: os setores siderúrgicos, petroquímicos, celulose e papel, cana-de-açúcar, mineração, cal etc, em decorrência dos impactos ambientais que proporcionam. (TINOCO e KRAEMER, 2008, p.195)

As demonstrações contábeis ambientais, no seu balanço, são diferentes de um balanço social de uma empresa, que não precisam demonstrar os seus gastos, despesas, custos, e receitas com a contabilidade ambiental.

O Ativo e o Passivo são como num balanço normal, porém as contas serão alteradas para uma conta referente à Contabilidade Ambiental. Essas empresas fazem o seu balanço separados do balanço geral da empresa, pois o balanço ambiental serve mais para fins gerenciais e não para fins fiscais, mas a empresa poderá sim, ter benefícios se provar a preservação, como isenção de pagamento de

multas e mudanças na visão da sociedade em relação as políticas ambientais da empresa com o país. Na tabela a seguir será apresentado o modelo de um balanço social referente à Contabilidade Ambiental.

Quadro 3 - Balanço patrimonial adaptação ao meio ambiente

BALANÇO PATRIMONIAL ADAPTADO AO MEIO AMBIENTE PROPOSTO	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
DISPONÍVEL	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
CAIXA E BANCOS C/MOVIMENTO	FINANCIAMENTOS AMBIENTAIS
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	FORNECEDORES
CRÉDITOS	FORNECEDORES AMBIENTAIS
CLIENTES	OBRIGAÇÕES
CLIENTES AMBIENTAIS	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS
(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	INDENIZAÇÕES POR DANOS AMBIENTAIS
SUBVENÇÕES AMBIENTAIS A RECEBER	IMPOSTOS VERDES
CRÉDITOS POR ASSESSORIA AMBIENTAL	PROVISÕES
OUTROS CRÉDITOS	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS
ESTOQUES	INDENIZAÇÕES POR DANOS AMBIENTAIS
MATÉRIAS-PRIMAS	AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS AMBIENTAIS
PRODUTOS EM PROCESSO	RESTAURAÇÕES AMBIENTAIS
PRODUTOS ACABADOS	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
PRODUTOS RECICLADOS E SUBPRODUTOS	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
INSUMOS AMBIENTAIS	FINANCIAMENTOS AMBIENTAIS
EMBALAGENS AMBIENTAIS	FORNECEDORES
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	FORNECEDORES AMBIENTAIS
PERMANENTE	OBRIGAÇÕES
INVESTIMENTOS	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS
PARTIPAÇÕES PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES	INDENIZAÇÕES POR DANOS AMBIENTAIS
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	IMPOSTOS VERDES
PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	PROVISÕES
IMOBILIZADO	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS
BENS EM OPERAÇÃO	INDENIZAÇÕES POR DANOS AMBIENTAIS
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS AMBIENTAIS
INSTALAÇÕES	RESTAURAÇÕES AMBIENTAIS
EDIFÍCIOS	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
BENS EM OPERAÇÃO AMBIENTAIS	CAPITAL SOCIAL
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E	RESERVAS DE LUCROS
EXAUSTÃO ACUMULADAS	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS

IMOBILIZAÇÃO EM PROCESSO	PROTEÇÃO AMBIENTAL
DIFERIDO	RESERVAS DE CAPITAL
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS
GASTOS COM PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	
PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL	
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	

Fonte: Tinoco e Kraemer (2008, p.196-197)

De acordo com uma DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) para uma empresa que tem um balanço social referente a Contabilidade ambiental com demonstração contábil com a contabilidade ambiental, após fazer um balanço social referente a contabilidade ambiental deve-se fazer uma DRE para identificar os seus Custos e Receitas , para simplificar de forma que os acionistas, e proprietários possam planejar suas contas. As receitas de vendas e os custos dos produtos e serviços que englobam itens ambientais podem ser detalhados por natureza.

Quadro 4 - Demonstração do Resultado do Exercício adaptada ao meio ambiente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ADAPATDA AO MEIO AMBIENTE
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA
(-) DEDUÇÃO DAS VENDAS
2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
3. CUSTOS (DESPESAS) DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS(-)
4.LUCRO BRUTO
5. DESPESAS OPERACIONAIS
NORMAIS
AMBIENTAIS
6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
7.LUCRO OPERACIONAIS
8. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS
9. RESULTADO DO EX. ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES(-)
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(-)
10. LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Fonte: adaptado de Tinoco e Kraemer (2008, p.197-198)

3 METODOLOGIA

Nesse trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos e relatórios. O trabalho propõe-se a realizar um estudo de caso, pesquisa exploratória e qualitativa, onde será pesquisado sobre a extração da castanha-do-Brasil na etnia Rikbaktsa, localizada na região Noroeste do estado de MT.

A Pesquisa se enquadra como estudo de caso, está concentrado na a extração da castanha-do-Brasil na Etnia Rikbastksa, aldeias Castanhal, Cerejeira, Divisa Marculino, Japuira, Jatobá, Pé de Mutum, pertencentes a T.I Japuira.

Bruyne, Herman e Schouteete (1977) afirmam que o estudo de caso possui sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em aprender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior esclarecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Gil (1999) salienta que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo.

Na pesquisa bibliográfica, foram utilizados alguns livros como referencial, Segundo Cervo e Bervian (apud BEUREN, 2004, p.86), a pesquisa bibliográfica

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO e BERVIAN, 1983, p. 55 apud BEUREN, 2004, p.86)

Gil (1999) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudos exigirem trabalho desta natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

A Pesquisa Exploratória ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com

profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral de um determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionais.

Richardson (1999) menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta ainda que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas pelo estudo quantitativo.

Através desta pesquisa buscar-se-á analisar a área contábil ambiental, de custos e de rentabilidade da extração da castanha-do-Brasil na etnia Rikbaktsa, da T.I Japuira, na região Noroeste do MT.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Etnia Rikbaktsa

O estudo de caso foi feito na Etnia Rikbaktsa, nas aldeias Divisa Marcolino, Jatobá, Pé de Mutum, Cerejeira, Japuira, São Vicente, Castanhal pertencentes a T.I Japuira. A extração de castanha-do-Brasil nessa área foi referente a safra 2013/2014.

De acordo com a FUNAI (2012) A Etnia Rikbaktsa vive na bacia do rio Juruena, no noroeste e MT, em três T.I localizadas a TI Erikbaktsa, demarcada em 1968 (com 79.935 ha, homologada e registrada) no Município de Brasnorte; a TI Japuira, demarcada em 1986, (com 152.509 ha, homologada e registrada) no Município de Juruena, a TI do Escondido demarcado em 1998 (com 168.938 ha, homologada) no Município de Cotriguaçu, totalizando um território de 401.382 ha, de mata amazônica. Sua população está dividida em 33 aldeias (conglomerados) com total de 2.000 indígenas da etnia Rikbaktsa.

Dados importantes para a organização dos grupos e áreas de coleta da castanha-do-Brasil. De acordo com a FUNAI de Juína, (2012) T.I Japuira tem os seguinte dados:

- Área: 152.510 ha
- Homologada e Regularizada
- Etnia : Rikbaktsa
- População: 420
- Município de Juara –MT
- Decreto n 386 de 24.12.1991
- CRI 25.230 em 12.09.1989
- SPU 206 em 15.08.1989
- Nomes Aldeias: Divisa Marcolino, Jatobá, Pé de Mutum, Cerejeira, Japuira, São Vicente, Castanhal.

De acordo com os relatórios, do engenheiro floresta, I do projeto Pacto-da-Águas, do Município de Juína, as Terras Indígenas Rikbaktsa estão divididas em três áreas: Erikbaktsa, Japuira e Escondido, somando uma área 410 mil hectares. Contudo, os Rikbaktsa coletam em apenas 20% de sua área total, que isso corresponde para a certificação (hectares): 82 mil hectares, 33 aldeias. A equipe técnica juntamente com os grupos indígenas trabalham no desenvolvimento de boas práticas de manejo para assegurar a separação da castanha e evitar mistura com produtos não orgânicos ou a contaminação com outras substâncias, para que não contamine a castanha-do-Brasil.

De acordo com PIB –Socioambiental, apud Peres (2009) faz um relato sobre a história indígena no Brasil, afirmando que a atual população indígena está aproximando-se do montante populacional que apresentavam na época dos primeiros contatos com a sociedade. Uma estimativa, com base no tamanho e número das aldeias encontradas nas expedições jesuíticas destinadas a "pacificá-los", indica uma população de cerca de 1.300 pessoas no final da década de 1950. As doenças derivadas dos primeiros contatos reduziram enormemente esta população. Sofreram uma perda de aproximadamente 75% da população da época do contato até 1969, recuperando-se a partir da década de 70 em diante. A intermediação protecionista da Missão Anchieta (MIA), apesar de produzir intensa pressão aculturativa e desarticuladora sobre o povo Rikbaktsa, ao mesmo tempo propiciou as condições mínimas para que se recuperassem fisicamente após a mortandade pós-contato.

De acordo com o PIB-Socioambiental, apud Peres (2009) afirma que a natureza se apresenta como o grande manancial, onde os Rikbaktsa estão imersos. O conhecimento milenarmente adquirido e oralmente transmitido sobre as espécies vegetais e animais, suas inter-relações e ciclos de reprodução, aliado a técnicas adequadas de aproveitamento sempre garantiram sua reprodução biológica e social. A socialização desses conhecimentos, técnicas e o livre acesso de todos os indivíduos aos recursos do território do grupo ao qual pertencem, garantem alto índice de igualitarismo interno. Não é preciso acumular excedentes, já que estes se encontram "estocados" na mata e todos sabem retirá-los no momento em que necessitam.

Nas últimas décadas, de acordo com o PIB – Socioambiental, apud Peres (2009) o avanço do desmatamento em torno de suas terras tem prejudicado a reprodução dos animais da floresta. O crescimento da pesca comercial nos rios que limitam o território indígena tem prejudicado a reprodução dos peixes, afetando em parte tanto a caça como a pesca, aumentando sua dependência do mercado. Com a queda do preço da borracha, principalmente nos anos 90, apoiaram-se mais na produção e venda da Arte Plumária e, secundariamente, na venda esporádica de peixe, castanha-do-Brasil e outros produtos para o pequeno comércio regional, como forma de obter alguma renda monetária. Organizam-se através da Associação Indígena do Povo Rikbaktsa – ASIRIK, que consegue manter vivo o uso racional dos recursos naturais, se destacando, entre associações indígenas ou não, como exemplo de liderança através da busca incessante de alternativas sustentáveis e o investimento no diálogo com vários segmentos da sociedade. Recentemente, a Associação do Povo Indígena Rikbaktsa – ASIRIK ficou em terceiro lugar no Prêmio Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, na categoria Associação Comunitária.

Conforme o relatório do pesquisador engenheiro florestal do projeto Pacto das Águas do Município de Juína (2014), como alternativa econômica ao modelo de ocupação regional marcado pelo desmatamento extensivo, os Rikbaktsa desenvolvem desde 2003 vários projetos em parcerias com grandes instituições:

- *Projetos Promoção da Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade no Noroeste de Mato Grosso (BRA/00/G31) - Global Environment Facility (GEF)*”- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Programa Integrado da Castanha PIC;
- *Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato-Grosso – SEMA/MT;*
- *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã – projeto de Adversários a parceiros - Programa Petrobras Ambiental (2007);*
- *Plantações Michelin – Michelin (2007);*
- *Projeto de formação do Estoque para aquisição de Castanha-do-Brasil – PAA/CONAB; (com três projetos para Castanha e um para Borracha).*

A importância de somar a conservação das florestas à manutenção de sua cultura e a geração de renda são fatores que mobilizam a sociedade Rikbaktsa, conhecidos tradicionalmente pela defesa de seu território e de seus recursos naturais. Com a participação ativa dos coletores de castanha-do-Brasil, dos seringueiros e das mulheres indígenas artesãs, num esforço de construir novos conhecimentos que aliem os saberes tradicionais à ciência ocidental, esforços que podem gerar frutos tanto para o povo indígena como para seus parceiros não-indígenas. Estes indivíduos estão envolvidos na busca do desenvolvimento sustentável, realizando corretamente a extração da castanha-do-Brasil, sem precisar do auxílio governamental ou de desmatar para conseguir sobreviver, com a própria extração os indígenas conseguem uma renda a mais para a sua sobrevivência.

4.2 Rentabilidade

A rentabilidade, pode se dizer que, é praticamente o que se tem de lucro dos produtos, o que rendeu para a empresa, produtor rural e até mesmo aos extrativistas de castanha. Este é um dado importante tanto para as empresas quanto para os pequenos extrativistas de castanha que precisam verificar, através da colheita, se possuem uma boa rentabilidade de seu produto. Segundo Crepaldi (2006) é o

Índice de rentabilidade da entidade, que compara o tamanho do lucro com relação ao patrimônio líquido. As medidas para avaliação da rentabilidade de uma empresa Rural relacionam valores dos resultados com grandezas representativas das receitas ou dos investimentos realizados. Comparando vários anos consecutivos, o analista vê não apenas se ele é crescente, mas também se significa um crescimento do patrimônio. (CREPALDI, 2006, p.300)

Como exemplo de rentabilidade, pode-se dizer que a extração da castanha terá uma rentabilidade para os indígenas após a sua extração, para assim efetuar o lucro da sua safra.

4.3 Castanha-do-Brasil

A Castanha-do-Brasil extraída pelos indígenas da etnia Rikbaktsa é uma forma de manter a sua cultura, trazendo benefícios para a sua aldeia e renda para os familiares. A extração da castanha no período de dezembro à março garante uma renda maior para as famílias, que não precisam fazer retiradas de outros produtos da natureza, como por exemplo a madeira, que é muito procurada na região Mato-grossense e, na maioria das vezes, é retirada da mata de forma ilegal. Considerando apenas as Terras Indígenas, que são divididas em três terras, Erikbaktsa, Japuira, Escondido, da Etnia Rikbaktsa, do Mato Grosso localizadas nos Municípios de Juara, Brasnorte, Cotriguaçu.

Além da ótica estritamente comercial, este é um negócio que mantém a floresta em pé”, complementa o coordenador. Para ele, a consolidação do manejo de produtos florestais não-madeireiros ajuda a evitar a emissão de toneladas de carbono para atmosfera. Pacto-das-Águas ajudou a consolidar um mercado, ajudando na capacitação de boas práticas e na formação do preço da extração da castanha do Brasil para os indígenas do Noroeste do Mato Grosso. (ALVES, Pacto- das- Águas, 2012)

Desta forma, abordaremos os critérios utilizados para fazer os cálculos dessa extração de castanha, na utilização da Contabilidade Ambiental, seguindo os tópicos da área de custos e rentabilidade. cadeia produtiva da castanha-do-Brasil utiliza métodos para extração da castanha que não degradam a natureza. Segundo Crepaldi (2006, p.98), “a Contabilidade rural, qualquer que seja o sistema, necessita da distinção entre custos e despesas.”

4.4 Cadeia Produtiva

A cadeia produtiva é essencial no estudo deste projeto, a extração da castanha-do-Brasil da etnia Rikbaktsa segue um ciclo desde a extração da natureza até a sua comercialização. Para Souza (2006, p.42), “a cadeia produtiva surgiu na década de 1960, no seio da escola de economia industrial francesa”.

Existem muitos conceitos sobre a cadeia produtiva, dos mais atuais aos mais antigos, que é um sistema usado há muitos anos, conforme Souza (2006,p.42),

“embora conceito de Filiere não tenha sido desenvolvido especificamente para estudar a problemática agroindustrial, foi entre os economistas agrícolas e pesquisadores ligados aos setores rural e agroindustrial que ele encontrou seus principais defensores.”

A castanha-do-Brasil forma uma cadeia produtiva dentro da sua extração, pois segue um ciclo desde retirada até a venda, segue a seqüência de produção, quando os bens são produzidos até quando são vendidos. Para Souza (2006):

Uma seqüência de operações que conduzem a produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação. Souza (2006, p. 42).

Desta forma “a cadeia produtiva é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento, técnicas.” Souza (2006, p. 42).

Está relacionado com o financeiro, com o lucro que as pessoas terão com a venda dos produtos ou através de trocas, em que podem permutar produtos por outros. Para Souza (2006, p. 42) “a cadeia produtiva é também um conjunto de relações comerciais e financeira que estabelece, entre os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante á jusante, entre fornecedores das operações.” A cadeia produtiva ela é uma definição de quando o produto é extraído até a sua comercialização. Para Souza (2006):

Em síntese, a cadeia produtiva pode ser definida como sendo a soma de todas as operações de produção, desde a produção (insumos, produtos agropecuário, industrialização), logística e comercialização, necessárias para que o produto acabado chegue até o consumidor, seja ele final ou intermediário. (SOUZA. 2006,p.43).

O exemplo de cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, segue todo um ciclo até a sua comercialização final, quando retiradas do ouriço, selecionadas, secadas, transportadas por barcos, por caminhão até o destino, ao consumidor que pode

adquirir em um supermercado ou até mesmos em outros tipos como óleo e cosméticos.

A seguir, será explanado como é feito a cadeia produtiva na etnia Rikbaktsa, o ciclo de produção da castanha-do-Brasil e cadeia produtiva.

ETAPA 1 – PLANEJAMENTO

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Oficinas de planejamento (ASIRIK + Caciques/lideranças + parceiros)
- Reuniões nas aldeias (ASIRIK + Caciques/lideranças + parceiros)
- Levantamento de mercado e fechamento de contrato de venda da castanha (ASIRIK e assessoria Pacto das Águas)
- Certificação Orgânica (ASIRIK e Pacto)
- ETAPA 1 – PLANEJAMENTO: REUNIÕES NAS ALDEIAS

Onde: Visita às 33 aldeias das três T.I

Quando: Na primeira semana de dezembro de 2013

Mobilização: ASIRIK, PACTO e FUNAI

Quem participa: Representante ASIRIK, Caciques, Agentes/Coordenadores, Pacto das Águas e FUNAI com os Castanheiros das aldeias

Condições necessárias:

- Fechar contrato com comprador para ter o preço da castanha e data da coleta e pagamento para informar para o castanheiro;
- Tentar adiantamento com comprador para aquisição de ferramentas e alimentação;

Rateio de despesas: ASIRIK, PACTO e FUNAI

ETAPA 1 – PLANEJAMENTO: REUNIÃO COM COMPRADORES

- Onde: Sede da FUNAI em Juína
- Quando: Entre 28 e 30 de dezembro
- Mobilização: Pacto mobiliza e informa ASIRIK e FUNAI

- Objetivo: Fechar os contratos de fornecimento da Safra 2013/2014

Informações importantes que constam no contrato:

- Preço;
- Volume a ser fornecido;
- Data e local de entrega de cada remessa;
- Responsável pelo transporte;
- Forma de pagamento (de maneira a garantir adiantamento).

ETAPA 2 – COLETA E PRÉ-BENEFICIAMENTO

Esta etapa de coleta e pré-beneficiamento inclui as seguintes sub-etapas: coleta, quebra, lavagem, secagem, seleção e ensaque. Atividades necessárias:

- Abertura de acesso coletivo aos castanhais Piques (FUNAI, prefeitura, castanheiros, Pacto e parceiros);
- Manutenção das trilhas de coleta - PIQUES (castanheiro);
- Coleta (castanheiro);
- Quebra (castanheiro);
- Seleção 1 (castanheiro);
- Lavagem (castanheiro);
- Seleção 2 (castanheiro);
- Ensacamento 1 (castanheiro);
- Transporte para aldeia (castanheiro);
- Secagem e armazenamento na aldeia do castanheiro (castanheiro).

ETAPA 2 – COLETA E PRÉ-BENEFICIAMENTO: LIMPEZA DOS PIQUES JÁ ABERTOS

Cada castanheiro ou grupo efetuam a limpeza no momento em que estiver indo para o castanhal.

ETAPA 2 – COLETA E PRÉ-BENEFICIAMENTO: alimentação e ferramentas necessárias, facão, lima, foice, lona plástica, bota, capacete, cesto/grade.

A alimentação e ferramentas para coletar a castanha é de responsabilidade do castanheiro.

SACARIA– É fornecida pelo Projeto Pacto das Águas.

ETAPA 2 – COLETA E PRÉ-BENEFICIAMENTO: TRANSPORTE PARA O CASTANHAL

Há aldeias que estão localizadas longe dos castanhais, sendo necessário transporte para deslocação .ASIRIK pode disponibilizar veículo para levar grupos de castanheiros desde que haja condições logísticas e os custos valham a pena.

ETAPA 2 – COLETA E PRÉ-BENEFICIAMENTO: MANUTENÇÃO INFRA-ESTRUTURAMANUTENÇÃO DAS MESAS DE SELEÇÃO

Muitas mesas de seleção e secagem estão danificadas, assim o projeto Pacto-das-Águas deve disponibilizar cerca de R\$6.000,00 (seis mil reais) para consertar as mesas existentes e construir novas mesas caso o recurso seja insuficiente. Manutenção dos barracões nas aldeias (quando necessário).A manutenção dos barracões tem sido feito pelo projeto Pacto das Águas. Não há previsão para reforma de barracões nesta safra.

ETAPA 3 – CONTAGEM E TRANSPORTE DAS ALDEIAS PARA BARRACÃO CENTRAL

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Chegada do caminhão com agentes ambientais e equipe do projeto Pacto das Águas nas aldeias;
- Controle de qualidade, pesagem e anotação da produção (agente ambiental e castanheiro);
- Carregamento caminhão (agente ambiental e castanheiros);
- Transporte das aldeias para barracão (motorista e agente ambiental);
- Carregamento do barracão (castanheiros e agente ambiental).

ETAPA 4 - SEGUNDA SELEÇÃO E SECAGEM E PADRONIZAÇÃO DA EMBALAGEM

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Secagem e segunda seleção (agente ambiental e castanheiros);
- Ensacamento padronizado (agente ambiental e Pacto);
- Armazenamento nos barracões (agente ambiental e castanheiros).

SECAGEM E SEGUNDA SELEÇÃO

Agente Ambiental/Coordenador realiza nos barracões das aldeias;

Sacaria, etiquetas e material de escritório serão fornecidos pelo Pacto-das-Águas;

Manutenção das mesas de seleção – Pacto-das-Águas;

Manutenção dos barracões – Pacto-das-Águas construiu;

Manutenção (quanto deve se troca as mesas e arrumado os barracões da Associação) por conta da ASIRIK e castanheiros.

ETAPA 5 - TRANSPORTE DOS BARRACÕES DAS ALDEIAS PARA BARRACÃO EM JUÍNA OU COMPRADOR

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Carregamento do caminhão nos barracões centrais (castanheiros e agente ambiental);
- Transporte dos barracões centrais (Barranco Vermelho, Escondido e Pé de Mutum/Jatobá/Castanhal) para barracão na FUNAI/Juína ou para o comprador (motorista e agente ambiental);
- Controle de entrega das castanhas por barracão (pacto);
- Armazenamento nos barracão (castanheiros e agente ambiental).

ETAPA 6 - COMERCIALIZAÇÃO

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Contatos com compradores e parceiros comerciais (Pacto-das-Águas);
- Elaboração de acordos e contratos de compra e venda (lideranças, Pacto e parceiros comerciais);
- Emissão das notas fiscais (lideranças e Pacto-das-Águas);
- Entrega da produção (Pacto-das-Águas);
- Recebimento pela venda (lideranças e Pacto-das-Águas);

Dedicação da equipe e manutenção de escritório pacto reunião com compradores (vide planejamento), transporte das lideranças para emissão da nota fiscal (ASIRIK com assessoria do Pacto-das-Águas)

ETAPA 7 – PAGAR CASTANHEIROS

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

- Saque do dinheiro;
- Pagamento aos extrativistas (comprador e ASIRIK).

ASIRIK tenta que o comprador faça o pagamento, em dinheiro, na hora de retirada da castanha nos barracões nas aldeias. Se não for possível, será necessário receber ou sacar o dinheiro na cidade (Juína) para pagar aos castanheiros.

Pacto das Águas vai ajudar a ASIRIK fazer o controle de pagamento junto com os agentes/coordenadores para os castanheiros. Visita às aldeias para pagamento aos castanheiros.

ETAPA 8 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

ATIVIDADES NECESSÁRIAS (RESPONSÁVEL PELA AÇÃO)

Reunião de avaliação da safra e Prestação de Contas (lideranças, Agentes Ambientais, FUNAI e Pacto).

Prestação de contas da safra será realizada junto com a Assembléia da ASIRIK.

Indicativo de data: Maio de 2014

Quem paga: Projeto Carteira Indígena paga transporte e alimentação dos participantes. FUNAI e Pacto-das-Águas – apoio na mobilização e assessoria

INVESTIMENTOS PACTO DAS ÁGUAS SAFRA 2013/2014

Na oficina, é apresentado o volume de recursos já investidos pelo Projeto Pacto das Águas e o volume de recursos previstos que ainda serão investidos para a Safra 2013-2014. Considerando os dados apresentados, estima-se um investimento de R\$120.000 (cento e vinte mil reais) para cadeia produtiva da castanha-do-Brasil na etnia Rikbaktsa. Considerando uma estimativa de produção de 80.000 kg para a safra de 2013-2014, pode-se calcular, com um subsídio do Projeto Pacto das Águas, que a castanha extraída será vendida por R\$2,43/kg (dois reais e quarenta e três centavos por quilo)

4.5 Projeto Pacto das Águas

De acordo com STRA (2013, p. 09), o projeto Pacto das Águas nasceu do desejo de seringueiros, povos indígenas e agricultores familiares do noroeste da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia em construir alternativas ao modelo de ocupação predominante nessa região, pressionada pelo avanço das frentes de desmatamento. O projeto tem como missão consolidar estratégias de desenvolvimento pautadas na manutenção da floresta e da cultura dessas populações, que buscam opções de renda desvinculadas das explorações da madeira, de minérios e da pecuária. O trabalho do Pacto das Águas tem sido direcionado à organização social de comunidades, ao manejo e à comercialização de produtos como a castanha-do-Brasil, o látex da seringueira nativa e as jóias da floresta são os artesanatos que o povo indígena faz com a própria castanha ou miçangas feitas pela maioria pelas mulheres. . O projeto proporciona, assim, a conquista de rentabilidade e dignidade com atividades produtivas tradicionais. Garante, por consequência, a reflexão e a valorização de modelos alternativos de gestão ambiental na região.

Constata-se que o projeto Pacto das Águas auxilia sobremaneira as famílias indígenas, principalmente na Etnia Rikbaktsa, orientando a extração da castanha-do-

Brasil nas suas Aldeias. Como exemplo pode-se citar ajuda com transportes, ferramentas, promovendo cursos e intercâmbios dos indígenas Rikbaktsa entre outro projeto do Pacto das Águas, proporcionando mais conhecimento para fazer a retirada da castanha até o consumidor final.

Vários produtos estão sendo manejados e explorados de maneira consciente pelos indígenas envolvidos no projeto, dentre os produtos a castanha-do-Brasil. Faz-se necessário aprimorar o desenvolvimento dessas ações por meio do fortalecimento das cadeias produtivas.

O fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do País, como exemplo pode-se citar a extração da castanha-do-Brasil feita pelos Rikbaktsa. A inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades tradicionais e indígenas nesses processos torna possível a agregação de valor socioambiental à essas cadeias produtivas e a distribuição de benefícios em todas as suas etapas, contribuindo assim para a conservação das bacias hidrográficas da região e para a gestão ambiental.

O manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) - como é o caso dos produtos da floresta (castanha, látex e joias da floresta), vêm sendo considerado uma opção capaz de aliar conservação com responsabilidade socioambiental. Pois visa subsidiar ações de fomento à organização da produção, melhoria da qualidade dos produtos e comercialização de produtos florestais não-madeireiros, assim não precisam Vender as madeiras de suas terras, mesmo a castanheira.

A madeira das terras indígenas são muito procuradas, a árvore da castanheira, por exemplo, vive até 500 anos na terra, mas quando destruída, deixa de produzir os ouriços, ou seja as castanhas o que provoca futuramente a falta desse produto na sociedade e até mesmo aos próprios indígenas. Através desse projeto transformaram a visão tanto da população quanto dos próprios indígenas que estão se organizando e trabalhando em equipe, conseguem sobreviver com o dinheiro da própria extração da castanha-do-Brasil, dentre outras atividades, mas sem precisar vender as suas madeiras.

Os indígenas tentam preservar suas matas para que a retirada de castanheiras não volte a acontecer evitar que elas morram pela devastação dos produtores ou pecuaristas, que invadem suas terras e retiram as florestas ao seu redor, conseqüentemente elas ficam secas e não conseguem produzir mais castanha-do-Brasil.

4.6 Fonte de renda da etnia antes do projeto da extração da Castanha-do-Brasil

Antes da cooperação do projeto Pacto das Águas, na extração da castanha-do-Brasil, os indígenas da etnia Rikbaktsa obtinham renda do artesanato, da pesca, e até mesmo da extração da castanha-do-Brasil, que era vendida à atravessadores, que pagavam valores menores pelo quilo da castanha, impossibilitando a obtenção de uma renda melhor aos indígenas.

Os indígenas dependiam muitas vezes da ajuda da FUNAI e não tinham oportunidades de melhoria da própria aldeia, não tinham renda para suprir as suas necessidades. Após o projeto, que possibilitou conhecimento sobre a extração da castanha-do-Brasil, os indígenas tem conseguido um valor superior para sua castanha ampliaram a quantidade de clientes e conseguiram mais contato com clientes especializados na compra de castanha.

Como exemplo os compradores fora do Município, e a CONAB, que comprou toda a safra, de forma que o lucro obtido e a liquidez seja maior, pois não precisam vender porta a porta ou aos atravessadores, que antigamente compravam por preço muito baixo, equivalente a 0,50 o kg até 0,60 kg no ano de 2002/2003. Atualmente conseguem vender o kg da castanha por R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos) o kg obtendo.

Além da organização da extração da castanha-do-Brasil, os indígenas Rikbaktsa continuam com sua cultura: o artesanato, a pesca, e a caça. Alguns frequentam cursos universidades e alcançando uma vida profissional. Outros se formam em licenciaturas e retornam as aldeias, para lecionar às crianças da sua etnia.

De acordo com Pacto das Águas(2014), será detalhada a participação da CONAB, que ajudou no projeto da castanha-do-Brasil, o que resultou na evolução de

anos para a Etnia Rikbaktsa. Iniciou-se no ano de 2007, 2008 e 2010 totalizando compras da safra no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a compra da safra esses anos de extração da castanha-do-Brasil.

Também houve ações de Gestão de Mercado com apoio de: **PFNM, CONAB, PPA** referente aos anos de 2006/2007 na compra da safra no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Na da safra de 2007/2008 por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e na safra de 2009/2010 com valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), totalizando um equivalente a R\$ 150.000,00, possibilitando a evolução das vendas da castanha-do-Brasil através da CONAB.

CONAB é A Companhia Nacional de Abastecimento possui uma estrutura convencional, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada. Atua em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais localizadas nos estados

A Conab está presente em todo o processo pelo qual passa o alimento, desde antes do cultivo até chegar à mesa do brasileiro. A atuação da Companhia antecede a própria decisão de plantar e se estende até depois da comercialização, na fase do abastecimento e da segurança alimentar. O trabalho realizado abrange levantamentos para prever safras, acompanhamento do comportamento da produção e dos preços, participação na administração do escoamento da safra agrícola nacional e formulação de estudos que balizam as políticas agrícola e de abastecimento. (Conab.gov.br.com)

4.7 Aspecto da rentabilidade da Castanha-do-Brasil na Etnia Rikbaktsa e os Custos

O fechamento da safra de castanha 2013/2014, no quadro 06, referente à venda da castanha-do-Brasil dos indígenas que farão a extração nos castanhais, foram divididos por aldeias: Pé de Mutum, Cerejeira, Divisa Marcolino, Jatobá, Japuira, Castanhal, que são as aldeias (conglomerado) da T.I Japuira, da etnia Rikbaktsa.

Nessa safra os caciques estão negociando diretamente com os compradores das empresas de Juína e região. As atividades ocorreram durante toda safra, que teve início no mês de dezembro de 2013 a março de 2014.

A safra, em 2013, está sendo tardia devido ao intenso período de chuvas, mas com data de provável encerramento para a segunda quinzena do mês de março de 2014. Em 2013/2014 a etnia Rikbaktsa teve uma extração de castanha-do-Brasil

em casca equivalente a 76.630 quilos, que correspondem a aproximadamente 7.663 latas, com 33 aldeias envolvidas; 95 castanhais manejados; 380 pessoas diretamente na atividade extrativista e indiretamente 600 pessoas que são as famílias que acompanham a extração da castanha. Recursos pagos aos castanheiros, das 33 aldeias, somam um total de R\$ 214.564,00 (Duzentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

A partir desses dados, foi realizado um estudo de caso em 6 aldeias da T.I Japuira, destacando os valores obtidos na extração da castanha-do-Brasil na safra 2013/2014. O quadro 06 apresenta dados da venda da castanha-do-Brasil da T.I Japuira, com a venda de 2.007 latas a um preço de venda da lata por R\$28,00 vinte e oito reais), totalizando renda de R\$ 56.196,00 (cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis reais). Em uma lata cabe equivalente a 11.5 kg de castanha-do-Brasil secas, que totalizam 23.080,50 toneladas, vendidas ao preço de R\$ 2,43 kg.

A castanha-do-Brasil pode ser vendida em lata ou quilo, depende como será feita a negociação com os clientes, do Município de Juína ou de outras Cidades, os principais clientes são as redes de supermercados da capital do MT. A produção de castanha-do-Brasil, de 2013/2014, foi negociada com compradores e atravessadores locais, em sua maioria de maneira informal sem emissão de nota fiscal e somente recibo.

Apesar da área de atuação do projeto ser atualmente a T.I Japuira, apresentaremos nesse relatório a safra referente à 2013/2014. Isso é possível porque a equipe já estava monitorando a produção dessas áreas desde os anos anteriores e nesse primeiro quadrimestre do projeto.

A seguir, tem-se exemplificado a quantidade extraída por cada aldeia em relação à quantidade total extraída e quando cada família auferiu de renda com essa venda.

Quadro 5 - Safra 2013/2014 de Castanha-do-Brasil referente à sua extração

ALDEIA	QUANTIA DE LATA	VALOR DA LATA	RECEITA	QUANTIDADE DE INDÍGENAS QUE FAZEM A EXTRAÇÃO	PERCENTUAL DE VENDAS %
CASTANHAL	342	R\$ 28,00	R\$ 9.576,00	14	17,04%
CEREJEIRA	246	R\$ 28,00	R\$ 6.888,00	15	12,26%
DIVISA MARCULINO	135	R\$ 28,00	R\$ 3.780,00	9	6,73%
JAPUÍRA	389	R\$ 28,00	R\$ 10.892,00	15	19,38%
JATOBÁ	404	R\$ 28,00	R\$ 11.312,00	18	20,13%
PÉ DE MUTUM	491	R\$ 28,00	R\$ 13.748,00	18	24,46%
TOTAL	2007	R\$ 28,00	R\$ 56.196,00	89	100%

Fonte: Pacto-das-Águas (2014 adaptado)

No próximo quadro, 07, são demonstrados os gastos com a alimentação no processo de extração da castanha e, por se tratar de dados estimados, foi feito um rateio do valor da alimentação por cada indígena. Este processo conta com um total de 89 pessoas, em cada aldeia consta o número de índios que fez a extração: Castanhal - 14 pessoas, Cerejeira - 15 pessoas, Divisa Marculino - 09 pessoas, Japuira - 15 pessoas, Pé de Mutum - 18 pessoas, participando ativamente da extração da castanha.

Foi observado que cada indígena consome o valor de R\$30,95(trinta reais e noventa e cinco centavos) por mês em alimentação, na extração da castanha-do-Brasil. Logo para fazer a extração da castanha por um período de 4 meses, eles consomem R\$123,81 (cento e vinte e três reais e oitenta e um centavos), com despesas em alimentação, mas os cálculos são feitos por estimativa, pois a cada mês o preço dos produtos pode aumentar. Mas os indígenas alimentam-se também da própria mata, a caça a pesca e até mesmo da plantação de alimentos que não precisam comprar.

Já na parte do combustível, foi feito um rateio proporcional ao percentual da quantia vendida por aldeia. A T.I Japuira recebe ajuda para extração da castanha-do-Brasil do Pacto-das-Águas e a FUNAI que são os principais parceiros da associação ASIRIK, fornecendo ferramentas de trabalho.

Já o projeto Pacto-das-Águas contribui com a sacaria de rafia, o barbante, latão de medida, material de escritório, transporte, alimentação para fazer as oficinas, aparelho de GPS e mapas para localizar exatamente as castanheiras.

Quadro 6 - Safra de 2013/2014 do Custo e da Rentabilidade da T.I Japuira

CONGLOMERADO OU ALDEIA	QT. EM KG	VALOR DO KG	RECEITA	DESPESA ALIMENTAÇÃO	DESPESA COMBUSTIVEL	LUCRO
CASTANHAL	3.933	2,43	R\$ 9.576,00	R\$ 1.733,34	R\$ 1.840,32	R\$ 6.002,34
CEREJEIRA	2.829	2,43	R\$ 6.888,00	R\$ 1.857,15	R\$ 1.324,08	R\$ 3.706,77
DIVISA MARCULINO	1.553	2,43	R\$ 3.780,00	R\$ 1.114,29	R\$ 726,84	R\$ 1.938,87
JAPUÍRA	4.474	2,43	R\$ 10.892,00	R\$ 1.857,15	R\$ 2.093,04	R\$ 6.941,81
JATOBÁ	4.646	2,43	R\$ 11.312,00	R\$ 2.228,58	R\$ 2.174,04	R\$ 6.909,38
PÉ DE MUTUM	5.647	2,43	R\$ 13.748,00	R\$ 2.228,58	R\$ 2.641,68	R\$ 8.887,74
TOTAL	23.082	2,43	R\$ 56.196,00	R\$ 11.019,20	R\$ 10.800,00	R\$ 34.386,91

Fonte: Pacto das águas (2014, adaptado) custo calculado por estimativa da alimentação e combustível.

Abaixo, segue Fórmula utilizada para cálculo do rateio da despesa com alimentação, em que cada índio consome, o equivalente a R\$30,95 (trinta reais e noventa e cinco centavos), por mês de alimento, multiplicado por 4 meses.

Quadro 7 - Rateio com despesa de alimentação das aldeias

Despesa com Alimentação
Castanhal: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 14 = \text{R\$ } 1.733,34$
Cerejeira: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 15 = \text{R\$ } 1.857,15$
Divisa Marculino: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 9 = \text{R\$ } 1.114,29$
Japuira: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 15 = \text{R\$ } 1.857,15$
Jatobá: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 18 = \text{R\$ } 2.228,58$
Pé de Mutum: $30,95 \times 4 = 123,81 \times 18 = \text{R\$ } 2.228,58$

Fonte: Pacto-das-Águas (2014, adaptado)

No quadro 09 é demonstrado como foi feito o rateio do combustível, equivalente ao percentual da venda de cada aldeia.

Quadro 8 - Rateio com despesas de Combustível das aldeias

Despesa com combustível
Castanhal: $9.576,00 / 56.196,00 = 0,1704 \times 100 = 17,04\%$ equivalente a R\$ 1.840,32
Cerejeira: $6.888,00 / 56.196,00 = 0,1226 \times 100 = 12,26\%$ equivalente a R\$ 1.324,08
Divisa Marculino: $3.780,00 / 56.196,00 = 0,0673 \times 100 = 6,73\%$ equivalente a R\$ 726,84
Japuira: $10.892,00 / 56.196,00 = 0,1938 \times 100 = 19,38\%$ equivalente a R\$ 2.093,04
Jatobá: $11.312,00 / 56.196,00 = 0,2013 \times 100 = 20,13\%$ equivalente a R\$ 2.174,04
Pé de Mutum: $13.748,00 / 56.196,00 = 0,2446 \times 100 = 24,46\%$ equivalente a R\$ 2.641,68

Fonte: Pacto-das-Águas (2014, adaptado)¹

Os indígenas Rikbaktsa possuem veículo próprio, não precisam pagar frete para terceiros, tendo gastos somente com combustível, óleo para o barco, e manutenção com o veículo quando necessário. Se a castanha for vendida dentro do estado do Mato Grosso, não pagam impostos, de acordo com Portal da SEFAZ:

Art. 123 Operações internas com os seguintes produtos nativos de origem vegetal: (cf. *Convênio ICMS 58/2005 e alteração*)

I – óleos vegetais: andiroba, copaíba, castanha, murumuru, babaçu, urucuri, buriti, bacaba e patauá; II – látex e resinas: Cernambi Virgem Prensado (CVP), Folha Semiartefato (FSA), Folha de Defumação Líquida (FDL), couro vegetal, breu e sorva; III – frutas e sementes: castanha-do-brasil, guaraná, açaí, jarina e anajá; IV – fibras: juta, malva, cipó-titica, cipó-ambé, piaçava, arumã e tucum; V – cascas, folhas e raízes para uso medicinal e cosmético: unha-de-gato, carapanaúba e ipê-roxo; VI – polpas de frutas: cupuaçu, açaí, buriti, patauá e camu-camu. § 1º O benefício previsto neste artigo somente se aplica à pessoa física que exerça atividade de extração, à cooperativa ou

¹ Receitas operacionais recebidas do PACTO DAS ÁGUAS, R\$ 9.000,00, referente a transporte, alimentação e combustível, consultoria de agentes ambientais, e embalagens para transportar a castanha. Receitas operacionais recebidas da FUNAI, R\$ 1.166,66, mais as ferramentas para uso da extração e manutenção do caminhão da associação ASIRIK e conserto de barco da etnia.

associação que a represente. § 2º A fruição da isenção prevista neste artigo implica vedação ao aproveitamento do crédito do imposto referente à entrada no estabelecimento, quando tributada, dos produtos ou dos insumos empregados na respectiva produção. Notas: 1. Convênio autorizativo. 2. Vigência por prazo indeterminado. 3. Adesão de Mato Grosso ao Convênio ICMS 58/2005 pelo Convênio ICMS 123/2010. 4. Alteração do Convênio ICMS 58/2005: Convênio ICMS 105/2010. Portal da SEFAZ (2014)

Mas se forem vendidas fora do Estado pagam a alíquota referente ao estado do MT Por exemplo, se venderem para São Paulo ou Paraná, pagam a alíquota de 12% de ICMS porque são uma associação e tem CNPJ. Se fosse pessoa física, pagariam a alíquota de 17%, que é a carga tributária do Estado do MT. Se eles venderem R\$56.196,00 x 12% de ICMS, pagariam R\$6.743,52 de imposto aqui no Estado MT. Então, em vez de obterem um lucro de R\$56.196,00, teriam apenas R\$49.395,48 de lucro e a castanha-do-Brasil custaria R\$2,14 o Kg, e não mais R\$2,43 kg. Assim, é mais vantajoso venderem dentro do estado de MT. De acordo com a RICMS, o Art. 297 destaca:

Artigo 297 - Na saída de amêndoa, avelã, castanha, noz, pêra ou maçã, que não tiver sofrido qualquer processo de industrialização, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, fica atribuída a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente nas operações subsequentes (Lei 6.374/89, arts. 8º, XII, e § 4º, na redação da Lei 9.176/95, art. 1º, e 60, I, e Convênio AE-15/72): I - a estabelecimento de importador, de atacadista, de cooperativa ou a arrematante de mercadoria importada do exterior e apreendida, localizado neste Estado; II - a qualquer estabelecimento que receber mercadoria de outro Estado. § 1º - A aplicação do disposto neste artigo às operações com produto nacional ou proveniente de país membro da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI obedecerá a normas estabelecidas pela Secretaria da Fazenda. § 2º - Na hipótese do inciso II: 1 - o imposto incidente na operação própria e nas subsequentes será pago no período de apuração em que tiver ocorrido a entrada da mercadoria no estabelecimento, com observância do disposto no artigo 277; 2 - na saída da mercadoria do estabelecimento será emitido documento fiscal nos termos do artigo 274 e escriturado o livro Registro de Saídas na forma do artigo 278; 3 - no tocante ao imposto pago de acordo com o item 1, aplicar-se-á o disposto no inciso VI do artigo 63 e no artigo 269. (RICMS,2000).

A carga tributária do Estado MT é de 17%, mas se enquadram como Associação e o CNA da castanha-do-Brasil se enquadram, pagarão essa carga tributária ou o agricultor pagará a carga tributária de 12%,de acordo com o Portal da SEFAZ: “CNA 0161-0/99 Atividade de apoio à agricultura não especificadas anteriormente 12% de carga tributária”.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo contribuir para compreensão da contabilidade ambiental, entender como elas são realizadas dentro das empresas. Por meio de vários autores compreendemos como são divididos os custos, as despesas, os gastos, o ativo e o passivo ambiental. Percebe-se que atualmente as empresas veem o meio ambiente vinculado à espécie humana, de maneira a conciliar os ganhos e a contabilidade ambiental com a contabilidade financeira.

Por meio de projetos ambientais é possível preservar o meio ambiente e a sociedade ver com bons olhos os projetos e o governo. Através de projetos bem elaborados as empresas podem até obter uma redução nos impostos e se cumprir as leis ambientais não sofrerão multas e sanções, contribuindo com o meio ambiente, tornando-o menos poluído e mais saudável.

A extração da castanha-do-Brasil feita pela etnia Rikbastsa, foi analisada através de estudo de caso na T.I Japuira, que detalhamos a colheita realizada entre os meses de dezembro de 2013 à março de 2014. Foram destacadas as despesas com alimentação e combustíveis fazendo-se um rateio para cada indígena e dividindo as despesas com combustível pelo percentual da sua receita. Ressalta-se que o projeto Pacto das Águas e própria FUNAI do Município de Juína auxiliaram com seus gastos, por exemplo com ferramentas, embalagens, alimentação combustível, manutenção do caminhão e do barco utilizado para fazer o transporte das castanhas.

Verificou-se nos relatórios, do projeto Pacto das Águas, as etapas da colheita da castanha-do-Brasil feita pelos indígenas e todo o processo, desde a chegada aos castanhais, a coleta dos ouriços, a seleção, o armazenamento, e o transporte até a entrega final aos clientes.

Pode-se concluir que os indígenas estão sobrevivendo com seus próprios meios, sem realizar o desmatamento e utilizando extração da Castanha-do-Brasil para o monitoramento de suas terras.

Os indígenas da etnia Rikbastsa não vivem só da extração da castanha-do-Brasil, mas também da venda de artesanatos, da caça e da pesca durante o período

de entre safra da castanha. Eles podem estocar e vender durante todo o ano, mas preferem vender a safra inteira para os clientes. Assim, conseguem ter uma renda maior, por isso procuram grandes clientes, como supermercados, indústrias ou até mesmo o CONAB. Vender toda a safra é vantajoso porque não precisam vender de porta em porta ou ter que estocar por muito tempo, e assim obtêm a renda de toda a safra, recebendo tudo de uma vez.

Alguns anos a CONAB adquiriu todo o seu estoque, mais os indígenas tem que planejar a safra e controlar a quantidade extraída para verificar se poderão fechar negócio com grandes empresas ou redes de supermercados para evitar a falta de produtos.

Este trabalho verificou sustentabilidade e a preservação do meio ambiente com a contabilidade ambiental, visando uma rentabilidade maior para os indígenas Rikbaktsa. Se comercializarem a castanha-do-Brasil dentro do estado não pagam impostos, o ICMS. Se a associação vender para outro estado, São Paulo por exemplo, têm que recolher alíquota de 12% por ser uma associação e utilizar de CNPJ.

Caso fossem vender em nome de pessoa física pagariam a alíquota de 17% que é a carga tributária do estado do MT, o equivalente de R\$ 6.743,52 de impostos, pois a venda total foi de R\$ 56.196,00, o quilo da castanha custaria R\$ 2,14, sendo que vendendo dentro do Estado eles conseguem vender a um custo de R\$ 2,43 o quilo, não há vantagem vender fora do Estado. A carga tributária do Estado MT é de 17%, mas se enquadra em Associação e o CNA da castanha-do-Brasil também, teriam que pagar essa carga tributária ou agricultor pagaria a carga tributária de 12% de acordo com o Portal da SEFAZ.

De acordo os dados sobre Castanha, no anuário estatístico do Brasil (IBGE,2013), "Não incidência de ICMS em operações interestaduais e internas dos produtos industrializados nos estados pertencentes à Amazônia Legal, provenientes do extrativismo florestal não madeireiro, mantendo-se direito ao crédito de ICMS de matérias primas, insumos e serviços utilizados na produção do bem".

Através da ASIRIK, os indígenas conseguem juntar todos e trabalhar em equipe, conseguindo mais renda para suas famílias, tornando-se uma cadeia produtiva da castanha-do-Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, André. **Pacto das Águas. Índios Zoró ampliam Produção e Melhoram qualidade da castanha-do-Brasil**. 2012. Disponível em:

<http://envolverde.com.br/noticias/indios-zoro-ampliam-producao-e-melhoram-qualidade-da-castanha-do-brasil/>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

ANEXO XVI PERCENTUAL DE CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA POR CNAE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO REGIME DE ESTIMATIVA SIMPLIFICADO E FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA; conforme Seção IV- Do Capítulo V do Título III do Livro I deste Regulamento Acrescentado pelo Decreto 392/11, com nova redação dada pelo Decreto 1.219/12) (efeitos a partir de 1º de abril de 2012). Disponível: <http://www.sefaz.mt.gov.br/legislacao/SubIndice.aspx?ID=163>. Acesso: 08 Nov. 2014.

ASSOCIAÇÃO do Povo Zoró- APIZ Boas práticas de coletas, armazenamento e comercialização da castanha-do-Brasil: Capacitação e intercambio de experiências entre povos da Amazonia mato-grossense com manejo de produtos florestais não-madeireiros 3.ed. Cuiabá/MT: Defanti Editora,2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade, Teoria e Prática**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Traduzido por Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

Braga, Célia (Org.). **Contabilidade Ambiental**: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. Atlas, 06/2007, Vital Book file.

Carvalho, Gardênia Maria Braga. **Contabilidade Ambiental**. 2º ed. Curitiba: Juruá,2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural - Uma Abordagem Decisorial**. 4º ed. São Paul: Atlas, 2006.

FUNAI, **Fundação Nacional do Índio**. Brasília, 2012.

_____, **Cinta larga seguem passos dos Rikbaktsa com projetos de castanha** Disponível: <http://www.funai.gov.br/> Acesso em: 05 Ago. 2014.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. **Contabilidade ambiental**: história e função,2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 3ª. Ed. São Paulo, Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª.Ed. São Paulo: Atlas,2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos; **Contabilidade Rural**. 8º edição, São Paulo: Atlas, 2007.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria; **Metodologia Científica**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEULS, Gisele. **Catar coquinho é um bom negócio**. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/natureza-icv/2008/11/14/catar-coquinho-e-um-bom-negocio/>. Acesso em: 13 Fev. 2014.

PERES, João Manoel de Souza.**Castanha-do-Brasil (Bertholletia Excelsa) Uma Realidade Rikbaktsa**; Relatório de Estágio à FAMEV/UFMT do curso de Engenheiro Agrônomo, Cuiabá, 2005.

PENEDA, Constância, Marçal, Miguel; **Gestão Ambiental Procedimentos e Princípios**; Nações Unidas, Nova Iorque,2001.

PERES, João Manoel de Souza. **Relatório Pacto das Águas**. 2014, Aldeias Rikbaktsa.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PROJETO BRA/06/032. **Soerguimento econômico e tecnológico do extrativismo na Amazônia**: mapeamento e avaliação da carga tributária incidente sobre produtos florestais não-madeireiros. Disponível:
<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf/cc>. Acesso: 08 Nov. 2014.

_____, **Quem Somos - Conab – Companhia Nacional de abastecimento Agricultura e abastecimento em boa companhia**:
Disponível: <http://www.conab.gov.br/> acessado dia 11/11/2014

REGULAMENTO DO ICMS/2014; CAPÍTULO XXII DA ISENÇÃO EM OPERAÇÕES COM PRODUTOS RESULTANTES DO EXTRATIVISMO VEGETAL. 2014. Acesso: 08 Nov. 2014.

RICHARDISON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3ª. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Jair Carvalho dos. **Estimativa de Custo de Coleta e Rentabilidade Para Sistema Extrativo de Castanha-do-Brasil na Amazônia**, 2001. Disponível: <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O097.pdf>. Acesso em: 05 Jul. 2014

SILVA; Benedito Gonçalves da. **Contabilidade Ambiental**: sob a ótica da contabilidade financeira. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, Ivonete Fernandes de. **Cadeia Produtiva de Castanha-do-Brasil (Bertholletia excelsa) No Estado de Mato Grosso**. Ano de 2006. Dissertação de Mestrado em Agronegócios, Disponível: <http://www.bvs-vet.org.br/pt/veteses/9161/cadeia-produtiva-de-castanhadobrasil-bertholletia-excelsa-no-estado-de-mato-grosso/>. Acesso em: 05 de Abr. 2014.

STRA, Sindicato dos trabalhadores rurais de Aripuanã, **Pacto das Águas Construindo Caminhos de Sustentabilidade na Amazônia**. Aripuanã-MT: Teoimagem Comunicação, 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2008.